



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE ABRIL DE 2017

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Nenésio Afonso
Sebastião Pinheiro
Aérton do Rosário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Em interpelação à Mesa o Sr. Deputado Idalécio Quaresma (ADI) falou sobre reintegração dos deputados.

Com base no artigo 88.º do Regimento da Assembleia Nacional, o Plenário procedeu a um debate de urgência sobre o estado da Justiça, requerido pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

No debate, intervieram, a diverso título, além do Sr. Deputado Jorge Amado (MLSTP/PSD), que introduziu o debate, a Sra. Ministra da Justiça e Direitos Humanos (Ilza Amado Vaz) e o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros

e dos Assuntos Parlamentares (Afonso Varela) que responderam às questões colocadas, os Srs. Deputados Felisberto Afonso (UDD), Levy Nazaré (ADI), Abnildo d' Oliveira (ADI), Danilson Cotú (PCD), António Barros (MLSTP/PSD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Aurélio Martins (MLSTP/PSD), Fernando Maquengo (MLSTP/PSD), Danilo Santos (MLSTP/PSD) e Vasco Guiva (MLSTP/PSD).

No encerramento do debate, usou da palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 17 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita
Esmaiel da Glória Espírito Santo
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim Salvador Afonso
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Mário Fernando Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder Monteiro dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
António Monteiro Fernandes
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélio Pires **Quaresma** **Martins**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Danilo **Neves dos Santos**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Fernando da Silva **Maquengo** **Freitas**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jorge **Amado**
Maria das Neves Baptista de Sousa
Óscar **Cosme da Conceição** **Gina da Silva**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena M. de Fátima dias X. de P. **dos Prazeres**
José Luís **Xavier** **Mendes**

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes **Afonso**

O Sr. **Presidente**: — Vamos proceder à substituição dos Deputados portanto a Mesa recebeu um pedido de substituição do Deputado, nomeadamente do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, portanto gostaria de convidar o Sr. Secretário da Mesa, não é a substituição, é a integração de deputado se calhar, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. E são três deputados já foram empossados, vão apenas integrar. Fui pela força de hábito e falei essa expressão assim, é integração. Continuando, nesse sentido, o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sra. Ministra da Justiça e do Direitos Humanos, Sras. e Srs. Deputados as minhas saudações.

Estamos cá hoje porque no cumprimento de um dos deveres...

Tem a palavra Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente usou uma expressão que me causa alguma dúvida, reintegração! De quem? São Deputados?

O Sr. **Presidente**:— Sim já foram empossados no passado.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— A 1.ª Comissão não deu nenhum parecer sobre esse respectivo. Assumo já.

O Sr. **Presidente**:— Bem, nesse sentido, gostaria dizer exactamente isto, eu ontem procedi e enviei o documento a 1.ª Comissão e retorno a Mesa mandou-me informar que está tudo ok e tudo mais, a Mesa a Secretária da Mesa ou então quem está a substituir a Secretária da Mesa a Dona Francisca e o Sr. Nenésio informou-me que está tudo bem daí que eu avancei no sentido de anuir com digamos assim com a situação dos deputados. Agora, se a 1.ª Comissão não fez os trabalhos isso eu não sei, porque ninguém me informou.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Obrigado Sr. Presidente, ontem quando eram voltas das 15 horas e 45 minutos por via electrónica pelos correio suplementar é que eu recebi a informação de substituição de alguns Srs. Deputados. Das 15 horas e 45 minutos de ontem, portanto não tinha tempo material para realizar qualquer tipo de reunião, porque uma decisão que nós tínhamos tomado anteriormente, de que, sempre a substituição nunca se realiza no mesmo dia da plenária.

Ok Sr. Presidente, portanto essa é a questão. Ademais, outra questão para se fazer lembrar, é que essa reunião, todas as Bancadas têm informações precisas do dia da reunião. Felizmente, se não o fizeram é porque não queria fazer, e o Sr. Presidente não despacha um documento no dia 20 não sei as que horas que o senhor despachou o documento, mas para mim só chegou ao meu conhecimento às 15 horas e 45 e minutos graça informática, e nós não prevemos nada sobre esse aspecto.

Portanto, não há reintegração no nosso Regimento, há substituição, depois do aval da 1.ª Comissão pelo menos é isso que tem sido a norma. Não há deputados não, deputados só são aqueles que são empossados directamente os 55. Nós não somos 60 nem 70 e nem 80. Portanto, é essa a grande questão, e agora mais uma vez estamos a caminhar para abrir mais um precedente.

O Sr. **Presidente**:— Eu acho que como eu dizia, baseio-me nas informações que eu recebo. E na altura a secretaria da mesa informou-me que estava tudo bem para a substituição ou digamos assim a reintegração. Enfim, quando eu digo reintegração é porque já foram empossados na primeira vez e vêm agora embora substituindo, mas é apenas isso. Bom, se não existe, Sr. Deputado, peço desculpa porque também o português se aprende todos os dias. Bem, vamos ultrapassar isso, porque acho que o essencial é se há quórum se estão cá presentes e vamos continuar os nossos trabalhos.

Tem palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Sr. Presidente, mais uma interpelação. Obrigado Sr. Presidente, vou dizer-lhe o seguinte: então para sim, para as próximas substituições ficam a cargo da Mesa não é conveniente enviar para a 1.ª Comissão. Está bem.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, acho que não vamos criar um precedente, porque a 1.ª Comissão tem as funções próprias. Sr. Deputado, peço imensa indulgência, acho que a 1.ª Comissão tem as atribuições próprias da sua competência, e essa competência tem que continuar a funcionar. Portanto, isso não é caso para desde já digamos vedar a competência da 1.ª Comissão. Acho que devemos ultrapassar isso, porque isso não nos levar ao lado nenhum. Obrigado.

Como eu dizia, estamos cá hoje no cumprimento de um dos deveres do grupo parlamentar suportado pelo artigo 88º do nosso Regimento. O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD requereu um debate de urgência com o Governo devido actual paralisação dos trabalhos dos Tribunais e do Ministério Público provocada pela greve dos funcionários desses sectores.

Nos termos regimentais, reunimos a Comissão Permanente no dia 13 do corrente mês, tendo em conta estávamos no período de férias parlamentares, ficou determinado que essa reunião tivesse lugar hoje. De acordo com o nosso Regimento, gostaria de recordar as Sras. e os Srs. Deputados que o n.º 1 do artigo 88º. Diz o seguinte: «1. Os grupos parlamentares e o Governo podem requerer fundamentadamente ao Presidente da Assembleia a realização de debates de urgência.»

2. «Os debates de Urgência são apreciados e aprovados pela Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares na primeira reunião posterior à sua apresentação e realizam-se numa sessão plenária da semana da sua aprovação ou da semana imediatamente posterior.»

3. «O debate é organizado em duas voltas, por forma a permitir pedidos adicionais de esclarecimento.»

Posto isto, portanto vou informar um pouco sobre a distribuição de tempo para que todos saibam enfim, quais são os tempos disponíveis, porque vamos brevemente entrar no cerne da questão. Nesse caso, o Governo tem 92 minutos, o ADI tem 92 minutos, o MLSTP/PSD também porque é proponente da iniciativa tem 92 minutos, PCD 19 minutos e UDD 5 minutos.

Sem mais delonga, vamos dar início ao nosso debate de urgência. Convido o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD o Sr. Deputado Jorge Amado para fazer a introdução de debate ou indigitar um colega seu para o efeito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sr. Ministros dos Assuntos Parlamentares, Sra. Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos, Sras. e Srs. Deputados, as minhas saudações. Vamos ter hoje um debate solicitado pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, debate este Sr. Presidente que segundo os argumentos que espelhamos versa sobre um debate relacionado com o estado da justiça.

Evidente que ao recebermos ordem do dia, ordem do dia fala de um debate sobre a paralisação da justiça e nós temos aqui um debate incluindo a paralisação, mas um debate sobre o estado da justiça. Portanto, espero que tenha sido apenas um lapso e espero que isto não retire o mérito do debate que queremos levar a cabo nesta sessão plenária. O MLSTP/PSD solicitou este debate, esperemos que este debate seja proveitoso e que apesar de considerarmos que este debate poderia ser um pouco mais enriquecedor, se realmente a Casa Parlamentar tivesse proporcionado nas devidas alturas os exercícios que a Comissão Especializadas na matérias devia ter feito, com auscultação dos outros intervenientes na matéria da justiça nacional. É nosso entender que para um debate a sério sobre a justiça, devia ter antecedido de uma autorização da Assembleia Nacional à Comissão Especializada, para poder ouvir ou interpelar o Conselho Superior da Magistratura, a Associação Sindical dos Magistrados, a Procuradoria-Geral da República, o Ministro que tutela a área de justiça e da administração territorial, o Presidente do Tribunal Constitucional, o Bastonário de Ordem de Advogados de entre outros.

Porém, este expediente não foi possível, mas manifestamos aqui a nossa satisfação pelo facto de a Mesa da Assembleia ter mostrado a sua sensibilidade em promover este debate, e igualmente, essa nossa satisfação que se estende para a bancada de maioria, pois que, pela primeira vez, nesta sessão, durante os dois anos de nosso mandato se permite que a oposição introduza e aceita um debate sobre a situação relevante da vida do nacional.

Dizer que em dois anos, é a primeira vez que produzimos um debate sobre a política sectorial de São Tomé e Príncipe, mas isto já é um passo importante, isto nos satisfaz bastante. A justiça continua a ser uma questão problemática em São Tomé e Príncipe, ela continua a marcar por uma morosidade e incapacidade do sistema em responder as demandas. Porém, falar da justiça, é falar também da criminalidade, da delinquência juvenil que vem crescendo sistematicamente no nosso país, e que tem posto em causa a liberdade do cidadão.

Isto vai até o ponto de um turista que vem ao nosso país ao se deslocar do hotel é lhe dada a recomendação da zona onde deve frequentar e a zona onde não deve frequentar para não ter consequências indesejadas. Falar da justiça é falar também da violência urbana que não cessa de crescer, falar da justiça é falar da injustiça social, é falar portanto, do incumprimento da Constituição. Mas com esse debate acaba por fazer actualidade no nosso país, tendo em conta a paralisia há mais de 40 dias que temos vindo a assistir nos Tribunais e no Ministério Público, motivos que põe em causa a observância do cumprimento dos direitos fundamentais do cidadão no nosso país.

Daí que nós esperamos que este debate que vamos ter aqui hoje, acho que merecerá a participação de todos os Srs. Deputados desta Assembleia Nacional, independentemente do partido que pertence, porque é um assunto que diz respeito a todo nós, é cabe a nós aqui na Casa Parlamentar, debruçar sobre esta e outras questões que existem, tecer as recomendações e enfim encontrar soluções adequadas para os problemas que nos aflige.

Portanto, sinto-me satisfeito por ter aqui presente a Ministra que tutela área de justiça no sentido de nos informar e de nos elucidar sobre alguns problemas da área da justiça que vem decorrendo no nosso país e que fere a lei e a Constituição do País. Sabemos que um debate sério sobre a justiça levaria no mínimo 2, 3 dias de debate nessa Casa Parlamentar, mas como disse é um debate como vê, que levará 5 horas é um debate que servirá talvez para que possamos preparar para outros debates mais calorosos e interessantes com relação a vida nacional.

É a nossa convicção de que tem que haver a conjugação de esforço entre todos nós, para que a justiça seja uma realidade no nosso país. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Portanto, feita apresentação dos motivos que deram origem a este debate de urgência, convido o Governo na pessoa da Sra. Ministra da Justiça a fazer o uso da palavra.

A Sra. **Ministra da Justiça e do Direitos Humanos** (Ilza Amado Vaz):— Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência, apresento inicialmente os meus cumprimentos e aproveito essa singela oportunidade para manifestar a satisfação do Governo ao constatar que os dignos representantes dos cidadãos nacionais decidiram debater sobre a situação da justiça não obstante a notificação recebida pelo Governo ser um debate sobre a paralisação no dos trabalhos no sector da justiça.

Isto tendo em conta o seu papel incontestável para o Estado de direito democrático, e de certa forma garantir a tranquilidade e a estabilidade económica face ao estado actual da Nação são-tomense.

A justiça enquanto pedra angular de qualquer sociedade, deve ser sustentada com a plena participação de todos os órgãos de soberania do Estado, sendo que esta participação está devidamente agregada na Constituição da República de São Tomé e Príncipe, com o efeito a lei fundamental do Estado prever nos seus artigos 98º, 111º. e 120º. Respectivamente, que compete exclusivamente a Assembleia Nacional legislar na matéria relativa a organização judiciária, Estatutos dos Magistrados, criam-nos penas, medidas de seguranças e processo penal. Continua esse supremo diploma a determinar que compete ao Governo definir e executar neste caso a política da justiça. Estabelece também que compete aos Tribunais administrar a justiça em nome do povo, pelo que da articulação entre essas três disposições constitucionais, apenas podemos concluir que todos os órgãos de soberania devem concorrer para a realização e a materialização da justiça.

Excelências, falar do estado da justiça como disse bem o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD pressupõe analisar as várias vertentes da situação da justiça. Nesse caso e no âmbito da situação geral da justiça em São Tomé e Príncipe e dos vários diagnósticos que já foram efectivamente elaborados, constata-se que desde 2007 que o problema da situação da justiça começou a ser alarmante e em 2009 no âmbito do encontro sobre o estado da justiça, foi determinado que era urgente proceder-se a reforma da justiça.

Convém aqui dizer que os problemas efectivamente que todos nós conhecemos que afecta o funcionamento iniciaram com alterações de algumas normas legais no âmbito das competências da Assembleia Nacional, criando no que se refere a organização e funcionamento dos Tribunais uma determinada autonomia, criando condições para que esta instituição regularizasse e controlasse todo o seu funcionamento, de outro aspecto, falta ausência de uma visão integrada e de uma política integrada da criminalidade na qual deveriam participar todos os autores do sistema judicial e da segurança interna, fizeram com que estivéssemos hoje efectivamente no estado em que está a justiça.

Falarei posteriormente e detalhadamente da situação da greve, mas face a situação que todos nós constamos, o XVI Governo Constitucional decidiu no seu programa do Governo considerar como prioritária a situação da justiça e definiu-se um conjunto de medidas que tenderão a melhor o sistema da justiça. Como sabe a reforma é uma reforma transversal, falar da justiça é falar de vários órgãos de soberania que concorrem para o efeito e assim sendo, a reforma deve ser uma reforma baseada nos que são os pilares fundamentais da justiça. Nós temos que ir de acordo com a estratégia do Governo, agir sobre a situação institucional, esse sentido o Governo já iniciou o processo de coordenação e colaboração com as instituições judiciais no sentido de se concertar para que a reforma da justiça seja efectiva.

Ao nível de melhoria das condições, nós estamos a falar da formação dos funcionários judiciais, estamos a falar da organização interna destas instituições, estamos a falar da reforma da legislação e estamos também a referimos do reforço da capacidade das instituições e dos órgãos auxiliares da justiça que concorrem para a efectivação da justiça. Esta reforma já teve seu início é preciso dizer que atente a essa situação actual da justiça, a coordenação já está iniciada, a reforma da base legal também é para dizer que ao nível da organização do funcionamento dos órgãos auxiliares sob os quais o Governo tem a tutela directa, iniciou-se o processo da reforma ao nível da Polícia de Investigação Criminal (PIC) da maneira tal a que ela possa estar preparada para fazer face aos grandes desafios.

No que se refere ao pacote legislativo e de acordo com a Constituição é da competência da Assembleia Nacional, entretanto, o Governo no âmbito da sua competência e da sua intervenção na definição da política da justiça está também a trabalhar na revisão das principais leis, no sentido de se criar o melhor ambiente ao nível da realização da justiça.

Do outro lado, ao nível da capacitação e do reforço da capacidade dos magistrados, o Ministério da Justiça já encetou os primeiros procedimentos para que se realize em São Tomé e Príncipe a formação dos magistrados judiciais, de maneira tal a que se possa sanear a situação de ausência de especialização e dotar os magistrados de ferramentas suficientes para que a justiça seja efectivamente feita em nome do povo.

Um outro aspecto importante que deve ser visto é a situação ao nível dos serviços prisionais que tem a consequência natural sobre o nível de reincidência, porque quando falamos da criminalidade é preciso saber que para além dos primários constata-se muitos casos de reincidência, o que quer dizer que é

necessário que se trabalhe na reinserção social dos reclusos. E esta área também tem sido devidamente acautelada pelo Governo no âmbito da política da reforma da justiça e actualmente nós procedemos a reorganização ao nível do funcionamento das instituições penitenciárias, reactivamos a área da reintegração social, permitindo assim ao reclusos a dedicarem-se a outras actividades neste momento estão a trabalhar no âmbito das actividades sociais e humanitárias, têm prestado assistência nas actividades ao nível das Câmaras Municipais e já iniciaram o processo de produção no sentido de poderem contribuir efectivamente para a melhoria das condições e ser uma ferramenta para que quando recolocado na sociedade, possam contribuir efectivamente e não estarem propensos para as práticas de novos crimes.

No que se refere a violência doméstica, a violência doméstica como nós sabemos não depende só da alteração da lei, depende do comportamento do exemplo que nós conseguimos transmitir na sociedade e também da responsabilização dos pais, da responsabilização das vítimas. Nessa matéria é necessário que se proceda a alteração da Lei Penal para que esses crimes sejam devidamente acautelados e sancionados. Ao nível da prevenção e acompanhamento das vítimas o Governo também definiu políticas e já iniciamos algumas medidas no sentido fazer-se o acompanhamento das vítimas da violência doméstica e também desenvolver actividades de aconselhamento ao nível dos distritos, tendo em conta que a violência doméstica devido a especificidade deste crime tem que ser tratados desde meio familiar. Uma vez que o meio familiar não consegue dar resposta, cabe efectivamente aos órgãos competentes interferirem para que essa violência seja efectivamente controlada.

Foi aqui dito ao nível de violência dos turistas, esses dados não são dados que dispomos, mas é preciso dizer que o Governo está preocupado também com a protecção e a segurança interna dos cidadãos, tendo reforçado e interferência e o patrulhamento dos polícias nas nossas ruas e tendo também engajado no processo de reforçar ainda mais as sanções que poderão ser aplicadas para este tipo de situação.

Estamos a falar da justiça, estamos a falar do desenvolvimento económico, social de São Tomé e Príncipe, estamos a falar da existência e da permanência de um Estado democrático pelo que a justiça não deve ser encarada como alguma matéria que possa ser facilmente utilizada ao nível de perturbações, tendo em conta a sua implicação que todos nós aqui conhecemos.

É preciso aqui ficar claro que o XVI Governo está ciente que há muitas acções que devem ser feitas, essas acções que não foram feitas pelos outros governos é preciso dizer que a situação da degradação da justiça consta nos vários diagnósticos, os sucessivos governos decidem politicamente proceder na melhoria dessa situação, mas o que nós constatamos é que a situação exige nesse momento uma acção reforçada e que esta acção deve ser levada a cabo com a colaboração e a responsabilização de todos os órgãos que concorrem para a realização da justiça.

A justiça é um bem essencial e este bem essencial por força de legislação, por força da Constituição é distribuída de maneira equitativa entre os dignos representantes do povo para que no âmbito das suas competências possam encontrar soluções válidas para que a justiça funcione correctamente.

O Governo está decidido nessa linha e todas as medidas serão tomadas efectivamente para que estas situações conheçam um término. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sra. Ministra pela sua explanação, vamos iniciar o nosso debate, com perguntas dos Deputados e resposta do Governo e no final o grupo parlamentar proponente encerra o debate. Posto isto, portanto o debate está aberto, Sras. e Srs. Deputados se tiverem pergunta eis o momento para poderem colocar.

Tem a palavra O Sr. Deputado Jorge Amado

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sra. Ministra da Justiça, agradecemos pela explanação que acabou de fazer sobre o estado da justiça em São Tomé, acho que entendeu bem, portanto o sentido, e o Sr. Presidente da Assembleia agiu também tendo em conta o que é realmente o objectivo do debate com o Governo.

Portanto, viemos debater com o Governo, não viemos debater por debater daí que fazia falta sim senhor essa primeira intervenção da Sra. Ministra da Justiça. Posto isto, Sra. Ministra, antes de passarmos algumas questões que também levantou aqui que consideramos de extrema importância gostaríamos que realmente tecesse um panorama sobre o que tem estado a passar nos Tribunais com a paralisação e no Ministério Público com a greve que nós temos vindo a assistir. Sabemos que esta greve perdura já por 40 dias e que já não constitui problema dos Tribunais na solução das questões que se coloca, mas que chegou o momento do Governo assumir a sua quarta parte da responsabilidade, quanto a situação reinante com a paralisação do sistema da justiça.

É claro que estamos convencidos de que se esta paralisação tivesse acontecido em qualquer outro sector do Estado certamente já teria tido a sua solução tão breve quanto possível e nós entendemos que a importância que o Governo tem dado ao sector da justiça não é tão grande como parece, como é dito por aí o sector de justiça parece que está a ser portanto marginalizado. Daí que gostaríamos que a Sra. Ministra, nos explicasse para que entendêssemos melhor sobre a situação que tem ocorrido portanto nesses dias com os funcionários do Ministério Público e Magistrado Judicial. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Bem, obrigado o Sr. Deputado, mais questões. Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD):— Sr. Presidente, Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Sra. Ministra da Justiça, tenho grande sentimento por senhora ...

Riso geral

e tenho também pena de senhora. Quero dizer a senhora que tudo que a senhora disse aqui, a senhora quer defender o seu Governo de facto, mas gostaria de dizer a senhora que a nossa justiça cada vez está péssima.

Desde 90 para cá, em nenhuma instituição de Estado, tivemos uma greve que durou 45 dias. Penso que no seio do seu Governo se a senhora tivesse autonomia, penso que a senhora faria qualquer coisa para defender essa greve que não tinha as pernas para andar nem 10 dias, porque a senhora negociaria e levaria a proposta. Mas gostaria dizer que não imputarei a culpa na senhora.

Gostaria de ver o Sr. Primeiro-Ministro aqui, para esse debate da justiça que já tem 45 dias, muito prejuízo, para a política interna e externa, cada vez nós estamos a levar esse país para um beco sem saída. E gostaria dizer a senhora mais, organiza a justiça, que é um bem do Estado para todos os são-tomenses. Queremos aumento de produção e da produtividade, sem a justiça não chegaremos lá. Há muita situação, mais muita situação mesmo no seio da justiça. Portanto, quero dizer a Sra. Ministra que no País, temos um Governo maioritário, temos um Governo com estabilidade, mas penso que esse Governo não tem consenso, nem diálogo, caso não a justiça não estivesse dessa tal forma e sem dia para solucionar o problema de justiça. Fico por aqui por enquanto e retomarei assim que for necessário.

O Sr. **Presidente**:— Dou mais uma abertura se alguém tiver alguma pergunta, mas gostaria de dizer o seguinte, façamos a pergunta que tem a ver realmente com a justiça, para não estamos a repetir as mesmas coisas, se houver mais questões então, colocaremos agora porque é o momento para o fazer, é apenas isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Obrigado Sr. Presidente, Sra. e Sr. Ministro, caras e caros Deputados, só peço a palavra porque na minha opinião, gostaria de esclarecer um assunto que é pertinente da forma como os trabalhos estão a ser conduzidos e como começou este debate de urgência.

Em primeiro lugar antes de mais, felicitar o Sr. Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD por reconhecer que de facto há esta abertura e sempre houve para haver qualquer tipo de debate aqui na Assembleia e com esta maioria, ao contrário de que em vários momentos houve acusações de falta de diálogo, receio ou medo de se debater.

Eu gostaria mais uma vez de pedir a Mesa e não só a todos nós também, sobre aquilo que diz o nosso Regimento, porque se tomarmos essa tendência estamos a desvirtuar a razão e o porquê da nossa presença aqui hoje. O nosso Regimento é claro, o debate solicitado pela bancada do MLSTP/PSD não é um debate com o Primeiro-Ministro como pediu a presença do Sr. Primeiro-Ministro, não são perguntas ao Governo Não estamos no âmbito dos artigos 228º, 229º e 230º do Regimento da Assembleia Nacional. E o requerimento da bancada do MLSTP/PSD é claro, mencionaram o artigo, o artigo 88º. Não mencionaram o artigo 229º, logo o artigo 88º fala de facto de debate de urgência e não são perguntas logo a Mesa não pode está a dizer quem tem mais perguntas, não são perguntas ao Governo.

O Governo obviamente, estando presente, poderá esclarecer uma ou outra questão que surja no debate, mas não transformamos um debate parlamentar de urgência sobre um determinado assunto para perguntas ao Governo conforme diz o artigo 229º. É bom que isso fique claro, porque há muita gente a nos escutar nacional e internacionalmente. As pessoas estão a prestar atenção no nosso trabalho e o artigo 229º diz pergunta ao Governo. Os Deputados podem formular oralmente pergunta ao Governo em reuniões plenárias organizadas para esse fim, que é perguntas ao Governo, e há também no artigo 230º pergunta no âmbito sectorial e o artigo 88º do Regimento que consubstancia o pedido do debate do MLSTP/PSD, diz que os grupos parlamentares e o Governo, também poderia ser o Governo a pedir, podem requerer fundamentadamente ao Presidente da Assembleia a realização do debate de urgência. Na minha interpretação, não significa que a minha interpretação é a verdade absoluta, com certeza que não. A presença até do ministro sectorial num debate de urgência não é necessário, basta o Ministro dos Assuntos Parlamentares para o debate de urgência. É esse esclarecimento que gostaria de fazer de forma a nós não desvirtuarmos aquilo que nós viemos aqui hoje fazer, que é debater com a urgência sobre um assunto trazido pelos Deputados ou podia ser trazido pelo Governo. Se as bancadas quiserem perguntas ao Governo, teriam que requerer de uma outra forma. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Obrigado Sr. Presidente, não nos assusta, portanto a intervenção que ouvimos a pouco do Sr. Deputado Levy. Aliás como se viu o Sr. Presidente a Bancada do ADI veio preparada para impedir este debate, facto que começou por colocar tónica sobre os Deputados do MLSTP/PSD que estão na Sala. Portanto, estavam a criar um clima para que não debatêssemos a questão da justiça.

Disse o Sr. Deputado que o Líder Parlamentar reconheceu e é claro que o Sr. Deputado a fazer uso de palavra não esperaria ouvir nada diferente de si de que reconheci que tem havido abertura para debate nesta Casa Parlamentar. O que acho é que queremos desviar a atenção, de uma coisa que nos traz aqui, a solicitação está clara, debate com o Governo em volta dos problemas dos assuntos da nossa justiça. E também ficou claro antes de ontem na Conferência de Líder de que é isto que iríamos tratar.

Portanto, a Conferência de Líder deliberou para tratarmos deste assunto e se o Sr. Deputado tem outra interpretação é natural que tenha outra interpretação, não podemos ir contra sua interpretação, é liberdade de expressão que o senhor tem de exercer aqui, é o seu direito de dizer aquilo que quer dizer, é tudo normal, mas pedimos simplesmente, se está interessado em dar a sua quarta parte também numa discussão sobre o assunto da justiça desse país, também interessa a si, interessa a todos nós, também interessa a bancada de oposição como a bancada do poder, saber como está a saúde da nossa justiça.

Se interessa a si eu acho que a única coisa que gostaria de pedir, é que colaborasse e participasse neste debate que é o debate com o Governo, e quando se diz o debate com o Governo já deixa claro que é com o Ministro que tutela a área. Portanto, a não ser que o Ministro dos Assuntos Parlamentares decidisse querer substituir a Ministra e dizer que assume este debate. Portanto, estando a Ministra aqui e ela não reclamou, está disponível para o debate e nós vamos ter o nosso debate.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Muito obrigado Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar os Membros do Governo, particularmente a Sra. Ministra, e felicitar pela sua intervenção esclarecedora, mas pensei duas vezes em fazer o uso da palavra, porque ainda estou com chip um pouco assim desprogramado.

Desprogramado na medida em que recebi uma convocatória, a convocar-nos para um debate sobre greve no sistema da justiça, particularmente no Ministério Público. Agora, a carta do MLSTP/PSD diz uma outra coisa, o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD vem aqui, bom o estado da justiça. Portanto, Sr. Presidente, eu estou com a dificuldade em entrar no debate.

Segunda nota, foi feita a pouco tempo uma acusação a nossa bancada despropositada, de que a bancada do ADI não está interessada no debate ou está a tentar fazer algum cenário para bloquear o debate, isto o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD está a contradizer-se, porque a sua nota introdutória felicitou o ADI por ter aceite o debate. Portanto,...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Deixa de bloqueio pá!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Não, não, felicitou e há registo...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD):— ADI! Não, felicitou a Mesa.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— E todos que estão lá em casa, estão a seguir. Logo aqui há um contradizer, um contra censo, vamos acalmar gente, estamos no bom caminho, viemos aqui para o debate. Portanto, gostaria de dizer se de facto reconheceu que a nossa bancada está aberta e felicitou pelo passo dado, e vem cá dizer que nós queremos bloquear o debate, não, não, não.

Mas uma coisa é certa e eu subscrevo a intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré, sobre a sua interpretação e eu subscrevo na integra. Há uma interpretação e é sua eu também subscrevo, ora bem perguntas sectoriais são perguntas sectoriais e debates de urgência são debates de urgência, mas eu ainda volto a frisar o meu chip ainda está encravado, Sr. Deputado, gostaria de saber em que lado estamos se é debate sobre greve dos funcionários judiciais ou se é a questão do estado da justiça. Gostaria de perceber isso, e essa pergunta é direccionada mesmo ao Líder Parlamentar do MLSTP/PSD depois aí sim. Obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Obrigado Sr. Presidente, se volto a pedir a palavra é porque eu tenho a plena consciência de que há muita gente nos escutando e para não ficar dúvidas pelas intervenções de alguns Srs. Deputados aqui.

Quanto a parte que me cabe Levy Nazaré e a toda bancada do ADI o povo de São Tomé e Príncipe já sabe que nós não fugimos ao debate. Levy Nazaré é alguém que não tem medo de debater, seja o que for e com quem for. Eu não fujo ao debate. Sete anos como Deputado, a segunda legislatura eu sempre debati e

vou continuar a debater enquanto for representante do povo. No dia que o povo deixar de me eleger como seu representante nesta Casa Parlamentar, deixarei de representar o povo e deixarei de debater aqui, mas vou continuar nos outros fóruns como sempre fiz. E isso não é Sr. Deputado que vem dizer e todo o povo me conhece, sou homem que gosto de debate, mesmo sobre esse debate eu também quero debater.

Apenas eu vim pôr as coisas no seu devido lugar e o Regimento deve ser respeitado e cumprido. O Regimento da Assembleia Nacional é um conjunto de normas para reger a própria actuação da Assembleia Nacional, logo nós não podemos legislar sobre o Regimento e depois no debate querer fugir aquilo que diz ao Regimento. Por isso, Sr. Deputado, estou disponível para debater o assunto da justiça conforme o pedido que a bancada de Vossa Excelência requereu a Mesa e que eu tenho aqui comigo.

Gostaria de dizer que aquilo que deu entrada e que nós temos acesso diz no quadro dos preceitos estabelecidos, veio da bancada do MLSTP/PSD «*no quadro dos preceitos estabelecidos pelo artigo 88º. do Regimento da Assembleia Nacional os grupos parlamentares podem requerer a realização do debate de urgência.*» Depois veio o segundo paragrafo que pede esse mesmo debate.

Por isso, quando diz e tem razão nesse aspecto «*vimos solicitar a Mesa da Assembleia Nacional a marcação de uma reunião plenária com urgência para o debate com o Governo a volta dos problemas que assolam a nossa justiça*» Isso é que diz, logo o Governo não tem que ser a Ministra da Justiça eu volto a dizer, o Ministro dos Assuntos Parlamentares é um membro de Governo e sempre esteve aqui nos outros debates, mas eu também felicito a Sra. Ministra e agradeço pela sua presença tendo em conta que o assunto é justiça. Não tenho problema quanto a isso, mesmo que a Sra. Ministra esteja cá, mas o que eu disse e volto a dizer é que hoje nós não estamos a fazer perguntas ao Governo conforme diz o artigo 229º do Regimento da Assembleia Nacional.

Estamos a debater e no debate e durante o debate que eu estou disponível e vou participar nesse debate digo já, a Sra. Ministra poderá ter a sua intervenção, mas não sentemos aqui a inquirir a Sra. Ministra como se ela fosse chamada aqui para uma inquirição. Não, nós viemos para debater, então que começamos debater, porque o povo quer debate, o povo está a espera do debate, os funcionários judiciais estão a espera do debate, os magistrados estão a espera do debate, os advogados estão a espera do debate, todos os pilares da justiça estão a espera do debate e a população em geral estão a espera do debate, e eu estou disponível para debater

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**:— Mais intervenções, mais intervenientes.

Sras. e Srs. Deputados, como eu dizia no início estamos no debate de urgência solicitado pelo MLSTP/PSD sobre assunto que já sabem. Portanto, acho que gostaria sentir realmente que há debate. Estou apelando as pessoas, sobretudo as Sras. e Srs. Deputados para poderem intervir, ainda bem que o Sr. Deputado Danilson Cotú pediu a palavra.

Tem a palavra o Sr. Danilson Cotú para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Sr. Presidente obrigado pela oportunidade, Srs. Ministros bom dia, nobres colegas minhas saudações.

Aquando da discussão na Conferência de Líderes eu pude manifestar a satisfação da minha bancada e consequentemente do meu partido PCD, no sentido da pertinência de um debate sobre a justiça, quando nós geralmente na universidade ou mesmo no dia-a-dia dissermos alguma coisa o pessoal tem tendência de perguntar de nota entre 0 a 10 como é tu classifica a tal situação.

E estou a pensar a situação da justiça no actual contexto hoje, uma forma de atribuir algum tipo de nota a situação da nossa justiça. Não vou dizer honestamente atribui uma nota 0, porque eu estaria a ser injusto, mas tenho alguma dificuldade em atribuir uma nota positiva a situação da justiça hoje em São Tomé e Príncipe. Numa simples frase a situação da justiça em São Tomé e Príncipe está mal. Dizer o contrário Sras. e Srs. Deputados seria sermos injusto connosco próprio, a coisa está má e nós temos que sim discutir aqui para encontrarmos mecanismo para contornar essa situação e servir melhor o povo que nos elege.

Eu não consigo entender por exemplo embora a situação não versa apenas a isto, como numa situação de greve em sectores cruciais e determinantes para vida do País como disse muito bem a Sra. Ministra, *sem justiça não há desenvolvimento económico*, subscrevo, todo esse tempo eu não consegui sentir enquanto cidadão, expedientes que pudessem culminar com a resolução tão urgente quanto imperativo obriga dessa situação. Quarenta dias greve de um sector como Tribunal, num país como nosso, é péssimo indicador Sras. e Srs. Deputados.

Daí que para o PCD é pertinente esse debate e nós vamos insistir nesse sentido porque não pode ser e eu gostaria nesse caso e não estou a fazer pergunta ao Governo, mas para mim era importante sim, que nós pudessemos conhecer apreciação do Governo da nossa República e saber quais são os expedientes que já foram feitos pelo Governo no sentido de ajudar na resolução desse problema, não obstante estamos a falar de um órgão de soberania, porque se não vou dizer que o Governo não fez nada, e se o Governo não fez nada é grave. Então, para não vir aqui injustamente acusar o Governo de não ter feito nada, acho

que com humildade podemos solicitar o Governo, caso assim entender que nos diga o quê que já fez para que nós possamos corrigir a nossa posição. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Bem, vamos continuar.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça para responder as questões levantadas pelos Srs. Deputados.

A Sra. **Ministra da Justiça e do Direitos Humanos**:— Obrigada Srs. Deputados, esta é a ocasião para os Deputados e a Nação são-tomense, entender efectivamente o que se passa em relação a greve que se regista mais de 45 dias, feita pelos funcionários pertencente a um outro órgão de soberania e que tem um autogoverno, quer dizer, liberdade e autonomia para gerir os seus funcionários, bem como a sua situação financeira.

Srs. Deputados, foi nesta magna Casa que em 2007/2008, sensivelmente há 10 anos, que os Deputados da Nação no exercício do seu poder legislativo aprovaram determinados diplomas legais que pela sua interpretação e aplicação contribuíram para o estado actual e que temos bem presente a noção e os vícios da sua génese.

Falamos necessariamente da Lei 7/2010 – Lei esta que foi aprovada em 2007 e promulgada em Junho de 2010, que é o instrumento jurídico que regula a Organização e o Funcionamento dos Tribunais e do Ministério Público e das respectivas secretarias, bem como as Leis 13/2008 e 14/2008 – Estatutos dos Magistrados do Ministério Público e Estatutos dos Magistrados Judiciais, respectivamente, diplomas que, com efeito, regulamentam a situação jurídica dos magistrados e os órgãos das respectivas magistraturas.

No que se refere a situação jurídica actual dos Funcionários Judiciais e do Ministério Público, é importante salientar que os mesmos foram retirados da tutela do Ministério da Justiça por força da Lei 7/2010, passando assim, para a esfera jurídica dos Tribunais, cabendo hoje a este Órgão de Soberania, fazer o recrutamento e a gestão dos funcionários, incluindo o pagamento dos seus vencimentos.

No que diz respeito à Gestão dos Recursos Humanos, ao abrigo da Lei 7/2010, os Tribunais procederam a admissão dos funcionários judiciais, tendo em 2016, atingido o número de 157 funcionários, assim para garantir o pagamento dos vencimentos destes funcionários e de 26 magistrados dos tribunais é afecto 96% do fundo transferido do Orçamento Geral Estado (OGE) e a totalidade dos emolumentos do Tribunais. Com efeito, é de salientar que em 2015 o Governo transferiu mais de 40 mil milhões de dobras, e em 2016, mais de 50 mil milhões de dobras para os Tribunais.

A autonomia na gestão financeira e administrativa dos Tribunais no modelo adoptado em 2007, constitui um caso atípico ao nível de direito comparado, onde se salienta tendo em conta as razões históricas, os casos de alguns países da CPLP.

Srs. Deputados, a questão da greve, a única razão sobre a qual se fundamenta esta paralisia dos Tribunais e do Ministério Público, que hoje motivou a realização deste debate decorre de uma interpretação errónea das leis que se encontram em vigor algum tempo para cá a Lei 7/2010 e a Lei 89/86 que rege as Secretarias e a situação jurídica dos funcionários judiciais e do Ministério Público têm mais de 20 anos. Senão vejamos, no dia 28 do corrente ano, o Ministério da Justiça foi informado através de uma nota assinada pelo Presidente do Sindicato, que os Funcionários Judiciais e do Ministério Público entrariam em greve no dia 8 de Março e que os serviços mínimos seriam assegurados por um período de 5 dias, invocando oito motivos que se resumem a: a aprovação dos Estatutos dos Funcionários, a revisão e aprovação de um novo Estatutos do Funcionários Judiciais e do Ministério Público, a promoção de carreira de alguns funcionários, a formação exclusivamente no exterior dos funcionários, a aquisição de um viatura para o transporte de reclusos, a aquisição de uma viatura para os expedientes e diligências das secretarias, a aquisição de armas e munições para os oficiais de diligência, a reposição da totalidade emolumentos suspensos desde 2013 e por fim o pagamento dos vencimentos dos funcionários dos Tribunais e de Ministério Público de acordo com a Deliberação do Conselho de Administração dos Tribunais Judiciais, datado de 20/12/2016 que tem por base o artigo 66.º do Decreto 89/96 que é o que regula as Secretarias Judiciais e os Funcionários Judiciais e do Ministério Público.

No dia marcado para greve, o dia 8 de Março de 2017, os funcionários efectivamente entraram em greve e asseguraram o serviço mínimo por 5 dias, tendo sido suspenso no sexto dia. Durante esse período o Ministério da Justiça foi mantendo contacto permanente com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e o Procurador-Geral da República, onde se enaltece, no seu mérito e sentido de compromisso e responsabilidade com o Estado, entre outras, as medidas adoptados pelo Procurador-Geral República, para garantir a realização dos serviços mínimos para o bem do povo são-tomense.

Volvidos 30 dias após o início da greve, preocupados com a gravidade da paralisação do sistema judiciário e da consequência nefasta para os cidadãos, para as empresas, e para o País, o Governo convidou os Representantes do Sindicato dos Funcionários Judiciais e do Ministério Público, o Presidente do Supremo Tribunal da Justiça e o Procurador-Geral República, bem como, os altos Representantes do Conselho de Administração das duas Magistraturas, para entender a razão da não resolução da greve pela entidade patronal, que neste caso são os Tribunais e o Ministério Público.

Desta reunião concluiu-se que os funcionários e a entidade patronal conseguiram consensos em quase todas as reivindicações, no fundo conseguiram consenso nas sete reivindicações e que a única razão da

subsistência da greve prendia-se com a materialização dos pagamentos decorrentes da Deliberação do Conselho de Administração dos Tribunais de 2016, que reconhece direito aos Funcionários Judiciais e de Ministério Público à beneficiarem, para além da base do cálculo percentual do vencimento previsto e que tem sido até então aplicado na base no artigo 66º da Lei 89/96, que é Estatutos dos Funcionários do Ministério Público, integrar para além daquilo que vinham beneficiando, outras regalias que são regalias atribuídas aos Magistrados ao abrigo da Lei 1/97 que é Estatuto Remuneratório dos Titulares dos Cargos Políticos, especialmente os funcionários do Ministério Público e dos Tribunais reivindicam que lhes sejam pagos para além de subsídios de água e luz que já recebem, subsídios de comunicação que também já recebem quem receber o subsídio de renda de casa que é atribuído aos Magistrados e subsídios que correspondem as recargas de telemóvel.

Esta Deliberação do Conselho de administração das duas magistraturas assume também que esses pagamentos seriam feitos no âmbito do Orçamento Geral Estado 2017. Nesta ocasião os representantes do sindicato dos funcionários apresentaram ao Governo a nova tabela remuneratória mensal, prevendo o pagamento de vencimento para o Director da DAF o Secretario do Supremo Tribunal da Justiça e o Secretario da Inspeção igual a salário do juiz da 1ª Instância no total de 22 milhões de dobras; ao Chefe de Departamento, os Secretários Judiciais, Escrivão de Direito a remuneração varia entre 17 milhões a 14 milhões de dobras, e outras categorias de escrivão, motorista, incluindo a Empregada de Limpeza, a remuneração varia entre 12 milhões a 4 milhões de dobras.

Após a análise desta reivindicação, o Governo considerou que a Deliberação do Conselho de Administração dos Tribunais e o Conselho de Administração do Ministério Público foi feita na base de uma interpretação dúbia do artigo 66.º e que não se enquadra no espírito do legislador, que no artigo 3.º da Lei 1/97, que é a Lei que regula a remuneração dos cargos políticos e cargos especiais, faz a clara distinção entre vencimento e outras remunerações, sendo que o vencimento é uma contrapartida salarial pelo exercício do cargo público, estamos a falar então do salário base ou as remunerações são constituídas por subsídios, regalias, abonos complementares previstos na Lei e que são atribuídos tendo em conta o carácter específico e reservado do cargo político e que neste caso é atribuído por equiparação aos Juizes do Tribunal e aos Magistrados do Ministério Público.

Outrossim, esta lógica interpretativa daria azo a uma situação insustentável tendo em conta que o salário dos Directores da Função Pública e os dos funcionários públicos também são calculado na base percentual do vencimento do Presidente da República e, por força e na senda interpretativa e extensiva desta deliberação dos Tribunais, todos os funcionários da Administração Central do Estado seriam, ou pelo menos deviam ser igualmente beneficiados. O XVI Governo Constitucional entende que, para além desta reivindicação dos funcionários Judiciais e do Ministério Público levantar problemas jurídicos e legais, a sua conversão financeira será desmedida, tendo em conta que a mesma implica um aumento anual de 19 mil milhões de dobras, cerca de 50% do orçamento actual dos Tribunais e, se isto for aplicado a toda administração pública corresponderia a um aumento de despesas correntes na ordem de 70% no Orçamento Geral do Estado são-tomense. Situação que compromete a real situação financeira do País e as limitações no aumento da massa salarial e a necessidade de se reduzir as despesas, também põe em causa os compromissos assumidos perante FMI, revestindo portanto esta decisão um carácter prejudicial para a estabilidade das finanças pública do País. É de realçar que o compromisso assumido pelo Conselho de Administração dos Tribunais no dia 20 /12/2016 ocorreu após a conclusão e a aprovação no Conselho de Ministro da proposta de Orçamento Geral do Estado e a sua submissão à Assembleia Nacional, sem que fosse submetido ao parecer preliminar do Ministério das Finanças, por conseguinte, trata-se de uma despesa que não está prevista nem orçamentada no Orçamento Geral do Estado que está a ser aplicado.

Nestes termos, a hipótese de uma eventual satisfação da reivindicação dos funcionários converteria numa violação substancial da Lei 3/2007 que no seu artigo 15.º determina que nenhuma despesa pode ser assumida, ordenada ou realizada sem que sendo legal se encontre inscrita no Orçamento Geral do Estado, tenha cabimento e que seja justificada quanto a sua economicidade, eficiência e eficácia.

Por seu turno, o artigo 11.º da Lei 1/2007 – Orçamento Geral do Estado, determina textualmente que «é proibida a realização e ou liquidação de despesas não inscritas no Orçamento Geral do Estado, ficando o infractor incurso em responsabilidade disciplinar, civil, criminal e financeira».

Srs. Deputados, um outro problema decorrente desta paralisação dos funcionários prende-se com a maneira como tem sido praticada a greve, particularmente no que se refere a protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Os funcionários judiciais e do Ministério Público deveriam respeitar a lei e assegurar o serviço mínimo obrigatório, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 10º da Lei 4/92 a Lei da greve e que estes serviços mínimos deveriam abranger todos os serviços que por força da Lei base do sistema judiciário são considerados urgentes e devem ser assegurados mesmo durante o período de férias judiciais.

Cabe aqui ainda esclarecer que o Conselho de Administração do Tribunal deliberou e assumiu o compromisso com os seus funcionários, isto sem que o Governo, na altura devida, fosse chamado a colação, pelo que enquanto Órgão de Soberania com competências específicas, autonomia financeira e administrativa e, conforme estabelecido na Lei n.º 4/92 – a Lei da Greve, o sindicato tem o direito à reivindicação e quem deve resolver estes conflitos, é a entidade empregadora, neste caso particular,

mutatismutandi, quem deve encontrar a solução para a greve instaurada são os Tribunais e o Ministério Público, são os Tribunais e o Ministério Público e na impossibilidade de se alcançar um entendimento razoável entre as partes envolvidas neste processo, restará ao Governo activar os mecanismos legais existentes num Estado de Direito Democrático para garantir a realização da justiça em nome do povo são-tomense.

Não obstante a greve ser um direito constitucional, estamos perante uma situação em que 157 funcionários decidem deliberadamente bloquear o acesso de um país inteiro à justiça e, no intuito de imputar a responsabilidade a um outro Órgão de Soberania – o Governo que no caso em concreto, não tem qualquer intervenção na gestão dos funcionários dos Tribunais e do Ministério Público.

Srs. Deputados, mesmo se formos para uma hipótese remota, de se colaborar para satisfazer a reivindicação dos funcionários judiciais e do Ministério Público, o Governo poderá estar perante um impedimento legal, tendo em conta que a Lei 2/97 Estatuto Remuneratório do Regime Geral da Função Pública institucionaliza o quadro privativo para algumas categorias de funcionários afectos aos órgãos de soberania, estando os oficiais e agentes judiciais e do Ministério Público nele abrangidos, estando por conseguinte revogando todos os diplomas legais que o contrarie.

Nestes termos a remuneração privativa destes funcionários deve ser regulado por Decreto, e na ausência do respectivo quadro privativo as respectivas remunerações são estabelecidas de acordo com o quadro e a tabela de índices salariais aplicáveis ao regime geral. Pelo que, atendendo a força imperativa da lei, a hierarquia das normas e precedência das mesmas pode-se concluir que o artigo 66º da Lei 89/96 não está em vigor e não pode ser reivindicada a sua aplicação.

Este último parágrafo Srs. Deputados, que a Lei 89/96 previa no seu artigo 66º atribuição de vencimentos especiais aos funcionários judiciais calculado na base do vencimento atribuído ao Juiz de 1ª Instância. Em 1997 um ano depois a Magna Assembleia Nacional analisou a situação e nos seus primeiros dois actos legislativos decidiu criar um quadro remuneratório especial para os Magistrados Judiciais e decidiu criar o quadro diferente privativo para os funcionários do órgão de soberania incluindo os funcionários judiciais.

Esta situação está plasmada na lei e agora teremos que saber efectivamente qual é a lei que se aplica quando uma é revogada por uma outra mais recente.

Sras. e Srs. Deputados, de acordo com a articulação de tudo quanto foi aqui exposto, o Governo considera que esta greve e a consequente paralisação do sistema judicial pelos funcionários judiciais e do Ministério Público é ilegal, infundada, financeiramente insustentável, e prejudica os interesses fundamentais dos cidadãos e do País em geral. Contrariamente ao que se pode pensar, a justiça num Estado Democrático não pode ser manobrada para outros fins, devendo esta, ser encarada com seriedade, onde cada elemento, cada órgão de soberania deve assumir as suas responsabilidades.

O Governo assumirá as suas responsabilidades e utilizará os mecanismos legalmente previstos para o efeito.

Srs. Deputados, fica aqui expressa a vontade do Governo em nome dos supremos interesses do Estado, na preservação da credibilidade interna e externa das Instituições legalmente instituídas em colaborar com os outros órgãos de soberania e a sociedade civil no sentido de se criar condições para garantir o regular e eficiente funcionamento do sistema judiciário de São Tomé e Príncipe. Muito obrigado! Esta é a apresentação.

Aplausos de ADI

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado Sra. Ministra pelo esclarecimento. Posto isto a Mesa está aberta para receber mais contribuições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra muito obrigado por ter vindo aqui. Acho que o facto de ter vindo aqui não desvitalizou a sentido daquilo que pretendíamos, só que a Sra. Ministra depois de ouvir a sua intervenção eu não pude deixar de pensar na situação dos tribunais, porque no fundo dizer que o sindicato, os funcionários dos tribunais não têm culpa de nada.

Fizeram uma reivindicação e o conselho de administração lá nos tribunais depois de reunir decidiu responder a reivindicação desses funcionários e eu acho que até aqui eles não cometeram nenhum tipo de pecado. A questão que se põe e disse bem que o conselho de administração ao atender a solicitação dos funcionários dos Tribunais e de Ministério Público o fez sem ter uma concertação se não entendi mal, sem ter uma concertação com o Governo na qualidade digamos assim por palavras mais simples de quem põe grande parte da fatia do bolo para os tribunais cumprindo assim a sua obrigação, é claro.

Agora, face a isto o que me preocupa é no sentido da resposta que se deve encontrar a isto, porque nós estamos aqui justamente para se discutir uma forma para poder de repente apontar alguma solução, porque o cidadão precisa que a justiça funcione. E o que estou a entender e espero ter entendido mal e nós acabamos de sair do período de quaresma, dá-me a impressão que a história bíblica se pode repetir. É que estou com o receio de o Governo não fazer mesmo que pilatos, lavar as suas mãos. E Sra. Ministra, eu

quero dizer-lhe que estando lá com a missão de resolver os problemas do povo de São Tomé e Príncipe, o Governo não está autorizado a fazer-se de pilatos. O Governo não pode lavar as suas mãos. Não pode mesmo. Tem que se encontrar uma resposta.

O conselho de administração dos tribunais agiu como agiu e aí faz-me lembrar a parte introdutória feita pelo líder do MLSTP/PSD, porque quando disse que deveríamos ter a possibilidade de ouvir também outros órgãos dos quais dia-a-dia do tribunal depende. Agora, a questão é a seguinte: acordou-se algo, os funcionários têm entre aspas esperança de que o acordo seja cumprido. O Governo na qualidade de quem põe o dinheiro diz meus caros senhores, de acordo àquilo que hoje é a situação financeira do País nós não vamos pôr mais dinheiro.

Como é que se diz isso Sr. Deputado? *Quid iuris!*

Risos.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Eu espero que o Governo encontre respostas para que se resolva o problema do País.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela):— Sr. Presidente muito obrigado, Srs. Deputados muito bom dia. Eu creio que a Sra. Ministra disse tudo o que se deveria dizer sobre isso e a minha presença aqui é apenas para precisar alguns aspectos e eu diria até, sintetizar alguns aspectos que permitirão certamente uma melhor compreensão da situação em que nos encontramos.

E eu partiria até da intervenção do Sr. Deputado Cotú que me antecedeu aqui. Nós enquanto Governo não acusamos o sindicato, nunca tivemos qualquer acto digamos eu diria de censura contra o sindicato. O sindicato está a agir no âmbito das suas prerrogativas legais e nada temos contra isso, e se tivéssemos algo contra já o teríamos feito.

Não temos nada. Portanto, não achamos que o sindicato enquanto instituição esteja a cometer qualquer pecado. Não é esse o nosso problema. De igual modo também nós não pensamos agir como pilatos e lavar as nossas mãos, porque para isso não estaríamos no Governo. Porque para lavar as mãos há outros lugares onde se pode fazer isso com maior eficiência. O que queremos dizer é que também não é e eu creio que o Sr. Deputado caricaturou um bocado. Não é que se chegou a um acordo e o Governo disse já não pomos mais dinheiro. Também não esse o problema.

A questão é preciso partir, os trabalhadores apresentam um caderno reivindicativo como se eu não me engano, oito reivindicações ao patronato. O patronato satisfaz as sete reivindicações que não é problema e que a Sra. Ministra leu, mas se calhar mais ninguém se lembra quais foram essas sete, porque elas estão satisfeitas. Alguns tomaram nota e obviamente estão na nota. A oitava que é o coração do problema é o dinheiro. E os funcionários dos tribunais fazem uma interpretação que é ironia.

Ironia porque eles se fundamentam no artigo 66.º de uma Lei de 89/96 quando a Assembleia Nacional aprovou em 2007/2008 duas leis que revertem completamente a situação, que diz que eles têm regime privativo, mas na ausência desse regime privativo eles submetem-se ao regime geral. E não tendo havido até então, porque eles nunca reclamaram e depois pela inercia dos sucessivos governos não se fez esse decreto e assim eles estão submetidos a regime geral e ponto final.

Ora, eles não partilham essa opinião. Também até aqui é opinião deles, eles não partilham, não temos todos que estarmos de acordo. Mas fizemos circular aqui um quadro que os senhores devem ter visto, que tem coisas que parecem absurdos que vou começar por falar de motorista, porque o meu pai nunca fez outra coisa na sua vida se não ser motorista. A razão pela qual eu tenho um apreço e estima particular por essa profissão, mas convenhamos que se atribua subsídio de representação, de carácter reservado, subsídio de renda de casa, água e energia, comunicação e subsídio privativo a empregada de limpeza, aos motoristas e a toda gente.

Quando próprios Srs. Deputados que aqui estão sabem que apenas alguns deles por inerência de determinada função têm. Mas o problema é mais grave. É que o Governo República em 2013 e tendo em conta aquilo que a Sra. Ministra disse, que há um autogoverno da magistratura em que Lei 2007 aprovada por essa casa retirou a gestão, recrutamento, a fixação do salário e tudo mais ao governo e atribuiu ao órgão de autogestão essa função.

E o Governo coloca o dinheiro, mas não sabe como é gerido. E todos estamos recordados, quando o Governo enviou para o Tribunal de Contas para fazerem inspecção, todo gente aqui sabe o que é que deu. Quer dizer que não se controla. Portanto, para além dos emolumentos, as custas e os preparos que os tribunais cobram e na nossa República, aqueles que já tiveram casos judiciais sabem que não é pouco, falo aqui se calhar como advogado e sei que não é pouco o Estado em 2013 deu aos tribunais 36 mil milhões, em 2014 essa cifra subiu para 39 mil milhões e qualquer coisa, em 2015 subiu para 41 mil milhões e em 2016 subiu para 49 mil milhões.

E esse dinheiro vem de algum sítio e ele tem que corresponder a esses aumentos a uma maior arrecadação de riqueza e a uma maior produção de riqueza. Ora, não é isso que se verifica no País. Daí que o Governo tinha duas reuniões com o sindicato e com os representantes do supremo tribunal, do tribunal da 1ª instância e da Procuradoria-Geral da República e nós explicamos isso mesmo aos representantes dos trabalhadores que havia esta situação e que não era possível se fazer isso, sem descorar o efeito de bola de neve que isso teria.

Porque no dia em que se pagar subsídio de carácter reservado, subsídio de representação e tudo mais aos funcionários da justiça os outros funcionários também reclamariam e agora era um problema sério. E outra coisa é preciso dizer que a primeira reivindicação começou até por se pagar o retroactivo dos 20 anos, desde que a lei foi publicada. Mas esse absurdo parece que já esqueceram. Portanto, mas isso implicaria um aumento do orçamento dos tribunais para além desses aumentos que eu já vos disse aqui que todos os governos, todos foram fazendo, o Governo de 2013 pagou 36 mil, o Governo de 2014 pagou 39 mil, o Governo 2015 foi para 41 mil e fomos para 49 em 2016.

E a Sra. Ministra disse que 96% desse valor que o Governo transfere vai tudo para os salários. Mas isso implicaria aumentar esse valor em 50%. Aumentar o orçamento em 50%, ora isto não é possível. Sem contar com tudo que já se disse aqui fazer-se isso quando o orçamento está aprovado e num ano em que se pretende alguma contenção, alguma gestão mais eficiente dos recursos e isto estou a falar sem incluímos nesses valores todos os emolumentos que são cobrados pelos tribunais que são utilizados para um pouco satisfazer as necessidades dos tribunais, e pagar em dinheiro cache emolumento que se distribui aos funcionários.

Daí que nós reunimos por duas vezes esclarecemos tudo isso e dissemos aos trabalhadores que o Governo estava na disposição de olhar para casos concretos, porque nos tribunais toda gente não faz a mesma coisa, porque há trabalho diferenciado, mas que o Governo estava na disposição de olhar para essa diferenciação e se houver casos de manifesta injustiça ou de funções que merecem algum tratamento especial que o Governo estava na disposição de fazer isso.

Ora, o sindicato não está sensível a isso e está a agir em bloco. Ou é tudo para toda gente ou não há nada. Mas nós enviamos ao sindicato quais eram as nossas intenções, as nossas opiniões por escrito e o sindicato permanece na sua posição. Obviamente, que há alguns instrumentos jurídicos que permitem ao governo agir pela força. E a força é aquilo que caracteriza o Estado. O Estado só é Estado, porque ele tem monopólio da força que ele pode utilizar. Mais duas observações, primeiro porque estamos numa sociedade democrática e no segundo é porque pensamos que é preciso que as pessoas entendam e as pessoas precisam de um tempo para entenderem, as pessoas precisam de explicação.

Porque isso que estou a dizer aqui agora e que a Sra. Ministra disse, só sabemos quanto que o tribunal ganha quando há uma confusão dessa. Senão, não é um dado que está disponível. Imediatamente disponível e as pessoas não sabem. Por isso, pensamos que estando garantido os serviços mínimos, foi uma batalha, mas porque os serviços mínimos não têm prazo e começaram por 5 dias, sexto dia suspenderam.

Não se pode suspender o serviço mínimo, porque não estaremos a ferir outros direitos. Portanto, há um mandato de soltura, isso briga com a liberdade das pessoas e não se pode sair. Porquê? Porque os tribunais não fizeram expedientes. Mas o Governo pode mandar abrir a porta de cadeia, mas aqui já não estaríamos a falar dum estado de direito, porque não estaríamos a cumprir as regras até que o mandato de soltura chegue a prisão para que ele possa sair. Pensamos que o sindicato tendo visto satisfeito as sete reivindicações e perante uma situação dessa de impossibilidade total o Governo tem o seu time, tem a sua agenda, há um momento para se tentar obter os consensos e há um momento para tudo, mas o Governo não põe de parte a requisição civil para que as pessoas possam trabalhar.

E a requisição civil decorre de uma lei aprovada pela própria Assembleia que permite ao Estado de fazer com que as pessoas possam trabalhar e executar. O Governo não tomou essa decisão, porque preferimos o diálogo a força, porque isso é uma decisão de força, mas a verdade é que há um tempo para tudo, há um tempo para se negociar, há um tempo para se falar e neste momento estamos a negociar e estamos a falar. Mas há um momento para tudo porque estamos numa situação de impossibilidade total de satisfazer essas obrigações. Impossibilidade total para além de que a sua satisfação violaria flagrantemente as normas financeiras do País.

Violaria as normas financeiras, mas o Governo está e continua na disposição, continua aberto como eu disse para poder olhar para os casos e eu diria de alguma injustiça ou de algum mérito e dar o devido tratamento. Ora, o sindicato tem uma posição de que não é uma posição negocial. Eu trouxe oito reivindicações e eu quero que outro aceite tal qual as oito das minhas reivindicações e então eu não precisaria de negociar. Eu tomava a decisão. Relativamente a última palavra ao conselho de administração. O conselho de administração tomou esta decisão, mas tomou esta decisão concordando com os trabalhadores em violação da lei, porque o conselho de administração não pode agir sobre as finanças públicas sem respeitar as leis das finanças.

Porque quando toma esta decisão significa que tem que ir tirar no cofre de Estado mais 10 mil dobras. E para se tirar mais 10 mil dobras no cofre de Estado é preciso respeitar as normas para esse dinheiro sair. Ora, o conselho de administração tomou, mas não se pensou que para se tirar o dinheiro do cofre de

Estado ainda que esse dinheiro houvesse e depois é preciso notar outra coisa. As decisões do conselho de administração não é uma decisão dos tribunais, porque o conselho de administração não é um órgão jurisdicional. Portanto, se fosse uma decisão do tribunal de um órgão ela seria obrigatória para toda gente e aqui vendíamos os carros, vendíamos os prédios, vendíamos o que tivéssemos que vender para cumprir a obrigação do tribunal. Aqui não. Aqui estamos perante a decisão de um órgão meramente administrativo de gestão dum serviço.

Ele não pode tomar uma decisão para alterar o Orçamento Geral de Estado que foi aprovado pela Assembleia Nacional. E alterar de que maneira? E essa decisão não é vinculativa para Tesouro Público. É preciso que isso fique claro. Portanto, dizer que a decisão foi tomada e eles não cometeram erro e tudo mais. Quando alguém toma uma decisão eu olho se essa decisão é factível, porque se não eu chego e digo não há problema, pode ir que eu resolvo isto. Mas, eu tenho que perguntar mas esse senhor é capaz mesmo de me resolver isto? Isso que ele está a me dizer é legal? Porque estamos a falar de juristas e aliás quase todos os membros do sindicato são lá juristas e tudo mais.

Estamos perante uma decisão administrativa de um órgão administrativo de gestão de um serviço que pretende alterar uma lei da Assembleia. Isto não é admissível mesmo se a República pudesse satisfazer essa obrigação. Era esse contributo que eu gostaria de dar ao debate, mas se eu digo isso é porque de facto a justiça como os que me antecederam aqui disseram é de tal modo importante para liberdade, garantia e direito das pessoas, mas também para a economia e a nossa imagem externa. É tão importante que eu subescrevo obviamente aquilo que foi dito aqui quer pelo Deputado Cotú quer pelo Deputado Jorge Amado e outros Deputados que falaram, mas eles foram os primeiros que falaram sobre a importância que tem esse sector e de facto a necessidade de toda gente participar nisso e talvez possamos encontrar e eu acho que devemos evoluir nessa direcção e já dissemos o que é que já fizemos e dissemos o que é que está ao nosso alcance fazer.

Por isso, era bom que pudéssemos evoluir para eu não tome aí uma decisão porque aqui não se vai tomar uma decisão sobre a greve, mas de pistas, de soluções, de saídas para isto. Nós nunca fechamos as portas ao diálogo, nós esclarecemos, nós escrevemos o nosso sentimento no que pretendemos, mas pensamos também que o sindicato tem o direito de reivindicar e não está dito em parte nenhuma que o sindicato não pode reivindicar o absurdo. Ao absurdo todos têm direito. Obrigado

Aplausos de ADI.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Ouvimos aqui por parte do Governo os esclarecimentos que nos trouxe bastante condimentado e é claro, mas que ao analisar na profundidade, acho que nada disto nos convence. Não nos convence porque estamos a falar de um sector que tem um regime privativo e tem um conselho de administração.

O conselho de administração normalmente representa toda a casa, portanto da justiça, assim como aqui o conselho de administração representa a Assembleia Nacional, porque tem lá os representantes de todos os partidos políticos e dos trabalhadores. Dai que, não acho que qualquer decisão que o conselho de administração aqui de Assembleia Nacional precisa de tomar, terá que solicitar o Governo. Fará como é evidente de acordo com o seu orçamento e a gestão e tomará as medidas que achar conveniente.

Mas se por acaso este conselho de administração tomar alguma medida que tivesse fugido o cumprimento do Orçamento Geral de Estado do ministério ou dos tribunais, isso significa dizer que os tribunais nunca tiveram orçamento. Os orçamentos que se aprovam aqui na Assembleia Nacional dos tribunais nunca correspondem ao orçamento que é executado nos tribunais. O dos tribunais, o Governo quer transformar os tribunais num seu, que dá ordem e dá orientações, que quando quer oferece carros sem estar no orçamento, quando quer comprar casa velha sem estar no orçamento e tudo que pede dá sem estar no orçamento logo que os trabalhadores também pedem aquilo que têm direitos e não obstante não estar no orçamento, o governo tem que satisfazer.

Porque o Governo já habituou a esse ritmo. Quando o Governo pretende os trabalhos, dos tribunais e quer passar mãozinha nos tribunais para fazer aqui o que lhe agrada vem de cima todos as ofertas possíveis e imaginários e nem sequer se respeita que está a violar a Lei SAFE. Quando o Governo acha que pode penalizar, diz que não, «isso não tem nada a ver comigo.» «Eu não estou cá para resolver esse problema.» E porque é que se resolve uns problemas e não está disposto a resolver outros? Quando vejo aqui para o mapa que me apresentou aqui o Sr. Deputado de ADI, sobre os salários que se pratica nos tribunais, vejo aqui um auxiliar técnico da 3.ª, que trabalha num órgão de tamanha responsabilidade que é o tribunal com um salário de Dbs: 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil dobrás). Está aí, é o salário que se pratica. E se diz que ganha bem, e que já não precisa de mais nada?

É necessário realmente que se reflecta com relação a tudo isso, porque realmente também vejo aqui o salário de chefe de departamento de 11 milhões e de mais elementos com salários elevados, mas esse problema tem a ver com o sistema de governação. Porque quanto é que ganha um ministro? O ministro nos disse que ganha 6 milhões por mês. Será que o ministro ganha 6 milhões por mês? Pelo menos aqui, eles

espelham que ganham. Está aqui. Está na folha! Se dizem que ganham 11, é porque ganham 11? E o ministro ganha quanto?

Será que o ministro aceita que haja um chefe de departamento numa instituição que ganha mais do que o ministro? Para quê que está lá? Está lá como ministro para ganhar menos que um chefe de departamento? De certeza absoluta se aceita estar lá é porque ganha bem. E se ganha bem temos que saber quanto é que ganha, para evitar problemas que vão surgindo nestas e outras instituições, porque não há transparência. É necessário que se estabeleça o salário de topo do Presidente da República quanto é que ganha, do ministro quanto é que é, Presidente de Assembleia Nacional quanto é que é, e que fique claro para toda a Nação são-tomense e que saiba quanto é que o último funcionário deve ganhar.

Tem que ficar claro. Se não fica claro nós vamos estar hoje com tribunais, amanhã com outros sectores e como tem vindo a acontecer. Então, tem que ficar claro. Dizer que a reivindicação foge a lei, porque existe ausência do regime privativo para esses tais funcionários quando foi aprovado que existe regime privativo nos tribunais e se existe nos tribunais não podemos dizer que não existe.

Se existe para uns e não existe para outros. Existe para todos. Daí que Sra. Ministra, Sr. Ministro, acho que ao tomarem em consideração as percentagens que se vão atribuindo as pessoas em função da sua categoria, acho que se nós formos resolver essa questão que parece bastante dura para o Governo, mas que não é tão dura assim e se formos resolver essa questão em função de percentagem acho que estamos a falar de uma merreca. Em função de percentagem, a percentagem mínima de 16%! O que é 16% de subsídio de renda de casa sobre o que recebe 100%?

Portanto, é preciso quando queremos defender uma causa tem que estar claro. Agora, a Lei SAFE que autoriza o Governo de não fazer despesa fora do orçamento e não cobrar receita fora do orçamento está sendo violado. Viola-se todos os dias. Cobra-se receitas, faz-se despesas sem que esteja no Orçamento Geral do Estado. Não é este caso é que vem trazer o problema de que o Governo vai violar a Lei SAFE. O Governo viola todos os dias a Lei SAFE.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro Afonso Varela.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**:— Sr. Presidente, gostaria que isso não fosse o começo e eu preferia até que fosse o fim, sobretudo o Deputado que me antecedeu, foi ministro. O ministro tem um salário de base de 7 milhões e recebe um conjunto de subsídios que lhe leva a 27 e qualquer coisa milhões de dobras. Este é o salário. Quando o Sr. Deputado que foi também ministro e que conhece muito bem a nossa República diz que não há funcionários a baixo do ministro que ganha mais do que ele só deve dar para rir...

O Sr. **Jorge Amado (MLSTP/PSD)**:— Eu disse, não deveria.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**:— ... então eu retiro o que disse, porque sabemos que isto é a prática mais generalizada. Mas para dizer que em suma eu até concordo com tudo aquilo que disse, mas isso chama-nos atenção para uma questão que é a questão da política salarial nesse país que é preciso ver. Mas isso é como dizem os outros são contas do outro rosário. Hoje esta reunião tem aqui um objecto e o objecto é a justiça.

E depois já o papel, pode-se ler de várias formas. O Sr. Deputado pegou para dizer que o auxiliar recebe 2 milhões e quatrocentos, o que não é verdade. Ele recebe uma série de outros subsídios. Os subsídios que estão em causa são particularmente o subsídio de renda de casa e mais um ou outro subsídio, porque alguns deles que estão aí na lista, eles até já recebem. Portanto, e depois o tribunal usa a sua discricção os emolumentos que são cobrados. Mas eu gostaria também que se tomasse essa questão dos tribunais e das mais do que os tribunais da justiça, e se estamos a falar da justiça que não ficássemos apenas focalizados nos tribunais e na greve.

Porque concorrem para justiça uma série de outros sectores e a Sra. Ministra aqui referiu a própria administração, a polícia, a segurança pública, a situação da nossa cadeia, a nossa PIC, portanto, há uma série de sectores, o Ministério Público concorre. Acho que se deveria olhar para tudo isso e não ficar focalizado na questão da greve e dos funcionários dos tribunais. É verdade que é um facto incontornável por causa de actualidade dessa greve.

Mas eu também gostaria que não se banalizasse essa questão dos salários. Portanto, vi dizer às vezes que o se ganha não é nada eu também poderia dizer isso. Cada um de nós que aqui está. Eu já ouvi os próprios Deputados reclamarem os salários que têm. Toda gente reclama o salário muitas vezes até pela injustiça, mas a verdade é preciso também em contrapartida dizer ou questionar se esse Estado pode pagar mais, se esse Estado produz suficiente para pagar o que paga, porque a nossa grande sorte é porque os nossos investimentos e que são poucos, mas os nossos investimentos quase todos eles são financiados de exterior.

Toda gente sabe que nós financiamos com recursos externos 93% dos nossos investimentos. E quando falamos de 7% nem quer dizer que nós contribuimos com 7% é porque as leis internacionais dessas organizações que nos financiam obrigam a que tenhamos muitas vezes entrar com 7%, 10% e muitas vezes

isso dizemos que damos uma casa, damos escritório para compensar e sobreavaliarmos até o valor dessas coisas para atingirmos esse 7%. E quantas não são às vezes em que determinados investimentos são suspensos e ficam parados, porque o Estado não contribuiu com a sua parte. Quantas vezes? Portanto, quer dizer o quê? Quer dizer que o dinheiro que ganhamos, que produzimos aqui internamente serve quase que exclusivamente, para pagar salário, pagar água, pagar luz, viajar e comprar uns carros.

E não serve para mais nada. Porque sabem mesmo para comermos, têm que nos dar arroz, têm que nos dar esparquetes para a gente comer. Porque mesmo para comer, nós não somos capazes de nos alimentarmos a nós próprios. Portanto, é este o debate. Estou a sair fora do debate e tinha pedido a que concentrássemos, mas é para perceber que o sistema de justiça custa dinheiro.

Tem custo, e se dissermos que um auxiliar tem 2 milhões e quatrocentos e se sair a rua e perguntar a um quadro superior muitas vezes com um mestrado que ganha 2 milhões e oitocentos o que é que ele diria em relação a um auxiliar que não tem as competências que ele tem pelo menos teórica e académica, o que é que ele diria a ganhar 2 milhões e oitocentos. Por isso, é que estou a dizer vamos tomar isso como coisa séria olhando para as finanças públicas, olhando para importância da justiça para nós, para o País, para a democracia e para o futuro e encontremos soluções.

Porque as constatações eu diria mesmo aquilo que estou a fazer aqui agora que é também constatar, constatar e constatar, já não nos leva a lado nenhum. Já basta de contemplações e é preciso indicar saídas, é preciso propor soluções e não estou a dizer que alguém aqui é obrigado a trazer a receita. Mas trazer a sua visão como é que se pode melhorar, porque muitas vezes estamos aqui a falar de dinheiro, de dinheiro e muitas vezes possamos estar a fazer coisas ou a colocar o dinheiro noutra sítio e que é uma questão de eficácia e da eficiência da utilização do dinheiro e por isso o apelo que deixo aqui é que não vale a penas tentar vi dizer que o ministro ganha muito dinheiro, porque aqui na Sala tem muita gente que foi ministro e se eu perguntar muitos deles dirão que na sua vida privada ganhariam mais ou pelo menos tinham uma compensação de paz, de seriedade, de tempo livre superior e que o diferencial que ele recebia se calhar a mais ou que recebeu a mais como ministro não compensa o esforço para ele.

Por isso, esse debate é um debate que honestamente dispensaria, mas muito honestamente gostaria que discutíssemos já que estamos aqui e consignamos 5 horas para discutir a justiça e as pessoas que estão lá fora como os deputados costumam dizer, estão a espera que digamos coisas que eles não ouviram ainda, que proponhamos soluções que lhes dê uma esperança de que alguma coisa nova pode acontecer e não a ideia que convocamos uma sessão para fazer o mais do mesmo. Obrigado

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD).— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro acabou de dizer uma palavra que nós usamos um pouco lá fora e é por aqui que começo. É para dizer que eu posso garantir a Vossa Excelência que o povo lá fora poucos são os que acreditam nesses discursos enganosos que se ouviu aqui em relação a essa questão de greve, porque tem sido sempre assim infelizmente.

Sempre que há greve de um sector e assim foi com a greve dos professores, no passado foi a greve de saúde e agora com a greve dos funcionários da justiça. O Governo terá essa tendência de enganar opinião pública com números que muitas vezes não correspondem a verdade para deixar transparecer que as pessoas estão a ganhar muito e que já não têm necessidade de reivindicar e que a greve não tem a razão de ser.

Mas aconselharia o Governo a mudar de estratégia, porque o maior problema no meu ponto de vista e para mim isso é lamentável, é que o Governo esteja disponível a fazer contenção em tudo e menos nas viagens e nos regabofes. Sobretudo nas viagens de próprio primeiro-ministro.

Porque as pessoas sabem, as pessoas sabem quanto é que o Governo gasta em viagens e por isso é que se torna difícil as pessoas entenderem o Governo que não há condições para atender as suas reivindicações. É necessário a gente parar equilibrar as coisas. Então vamos reduzir tudo. Há necessidade de se reduzir, vamos reduzir tudo de forma que toda gente esteja em pé de igualdade.

Mas o que me trouxe aqui como sempre, é a questão de Príncipe. Eu tenho sido acusado várias vezes de falar muito de Príncipe, mas sou Deputado que foi eleito no círculo eleitoral de Príncipe e por uma questão de coerência também é lá onde eu resido e conheço os problemas é por isso que trago aqui algumas questões. A Sra. Ministra quando falou aqui disse que o seu governo XVI, decidiu considerar o sector da justiça como prioridade.

Isto para mim, a acção da própria ministra no meu ponto de vista contraria essa prioridade, a acção de próprio governo e neste caso também da Sra. Ministra e eu já explico porquê. Quando soube que iria haver este debate sobre o estado da justiça e conhecendo alguns problemas que existem com a justiça, na Região Autónoma de Príncipe, fiquei com alguma dúvida em levantá-las aqui, a medida que tenho também alguma dúvida que a Sra. Ministra esteja em condições pelo menos em termos de informação de me dar respostas a essas questões, porque se a memória não me falha e se estiver errado que me corrija.

Tomou posse como Ministra da justiça já há uns meses e até hoje não fez uma visita a Região Autónoma de Príncipe. Estamos a falar de São Tomé e Príncipe e disse aqui que o seu governo colocou a justiça como prioridade. E não tendo visitado o Príncipe se estou certo, certamente também não conhece os problemas de justiça que temos lá.

Vou falar de alguns deles e depois para ouvir da Sra. Ministra se é possível ter nessas condições uma justiça que as pessoas desejam. O Ministério Público quando chove molha, os tribunais quando chove molha, bom a Sra. Ministra ainda não visitou lá, mas no mínimo aconselho o ministério pelo menos para mandar alguns plásticos para proteger os processos, porque senão vão destruir e depois não há matéria para se fazer julgamento nem nada.

Há uma instalação no Príncipe que está a PIC, a polícia de ordem pública e está bombeiro sem condições alguma e não sei se a Sra. Ministra sabia disso. Eu uma vez assisti uma detenção efectuada pelos órgãos de justiça, de Ministério Público e do tribunal. O homem de Ministério Público está na sua motorizada e o preso está atrás da motorizada e o homem de tribunal está a atrás numa outra motorizada e foi assim que fizeram a detenção. No entanto, a justiça é a prioridade desse governo. Sra. Ministra, eu não quero e vou deixar claro já cobrar de si que está no cargo há alguns meses aquilo que ficou por fazer já há um tempo.

Não quero cobrar. Mas mesmo assim tenho que admitir que partindo de princípio que enquanto titular da pasta não se preocupou em fazer uma visita ao Príncipe para mim começou mal. Portanto, há uma outra situação que eu queria que a Sra. Ministra aqui pudesse me explicar. De acordo com informações que tenho, houve um concurso de magistrados judiciais que até hoje não se sabe e que eu pelo menos não tenho informação. A verdade já se falou muito da permanência de juizes dos membros todos que fazem funcionar a justiça no Príncipe para que ela possa funcionar como deve ser e por outro lado nunca se cria condições para que isso se torne numa realidade.

O Ministério Público no Príncipe nunca teve uma bicicleta. Os tribunais têm um carro velho e se calhar até mais velho do que aquele que carrega deputados para Caué.

Risos.

Bem, agora é necessário articularmos isso e esta é a pergunta que vou lhe fazer. Como ter uma justiça em condições quando não temos a PIC com condições de funcionar, quando não temos Ministério Público com condições para funcionar, quando não temos os tribunais com condições para funcionar e uma última coisa que é ainda mais grave que tem a ver com os direitos humanos que depois de todos esse processo não temos um estabelecimento prisional para os reclusos que ficam condenados.

As pessoas que são condenadas são obrigadas a virem para São Tomé e ficam longe de atenção familiar que é permitido pela lei, não têm esse acesso, porque as pessoas não vão pagar passagem para estar a vir fim-de-semana para visitar os seus familiares e a pessoas ali perdem o direito, isto é qualquer coisa como a normal. Já se falou muito nesta situação de estabelecimento prisional para Príncipe, mas a verdade é que nada se realiza. E de momento fico por aqui e se calhar voltarei em função de aquilo que me for respondido. Muito obrigado.

Aplausos de MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu quero vos dizer, quando venho para Assembleia, venho para Assembleia para resolver problema do povo, problema do País. Não vou partilhar com essa situação, com um governo maioritário, um governo com maioria absoluta com sua estabilidade para caminhar esse país para um canto, um beto sem saída, não convenço. Gostaria que nós os 55 Deputados aqui, se fossemos empresários ou médio empresários, para nós estarmos a investir com as nossas próprias mãos, daí poderíamos ver como esse país está.

Empresários são-tomenses, estrangeiros, médios empresários, classes médias, jovens empreendedores, nós estamos de rastos. Aquilo que investimos, o vandalismo leva mais que 50%.

Como é que nós podemos pagar os impostos? Taxas? Eu não convenço com essa situação. Olha, eu vou vos dar um exemplo: Eu conheço um jovem trabalhador, empreendedor. Deram-lhe duas parcelas, ele libertou essas parcelas em dois anos, e plantou tudo enquanto, ao bocado ele preparou a parcela, roubaram-lhe 15 pinhas de banana pão...

Uma voz: — Oh!

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — ...de uma semana a outra houve vandalismo que lhe incendiou a casa do campo. Será que estamos em bom lugar? Meus senhores, cuidado com esse país. Gostaria que esse país se normalizasse para todos os são-tomenses. Nsse debate, temos que sair daqui bem

esclarecidos e também teremos que sair daqui com uma noção dessa greve dos funcionários dos Tribunais e do Ministério Público, porque isso não está para brincadeira.

Bom, gostaria de perguntar aos Srs. Deputados, o Ministério da Justiça, está a fazer um trabalho mínimo. Polícia Nacional também está em greve, está a fazer trabalho mínimo? Onde é que vamos? Também estão a fazer trabalho mínimo? Lá não está bem, está com problemas graves. Esta a espera de solução do Primeiro-Ministro. Quando falei em Primeiro-Ministro, gostaria que o Primeiro-Ministro estivesse aqui para me dar uma resposta de como está esse país. Não é porque estou a criticá-lo. O País está num beco sem saída, e temos que ver para toda gente.

Se alguém tem condições de viver, o povo está a acabar. Então, o que vou dizer, por último, o País exige que o Governo resolva rapidamente essa gestão da greve do sector da Justiça e dê alguma tranquilidade aos cidadãos são-tomenses. Obrigado

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD

Murmúrios do Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Felisberto tenha calma, fez bem, estar a intervir, mas calmamente.

Gostaria de convidar a Sra. Deputada Maria as Neves para sua intervenção. Gostaria de pedir para uma serenidade, a senhora vai intervir não tem que haver esses comentários. É só isto.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

O Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Muito obrigada Sr. Presidente, muito obrigada.

A senhora tem a coragem de pedir a palavra de vir cá falar, os outros ficam lá só a bater palma, não têm oportunidade de vir falar e perturbam.

Isto é um pódio que está aberto para todos Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Quando quiserem fazer uso da palavra, inscrevam-se e venha cá, é isso que eu faço e vou fazendo sempre, porque não tenho medo de vocês.

Aplausos do MLSTP/PSD

Sr. Presidente, gostaria de saudá-lo, saudar o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, a Sra. Ministra da justiça e saudar as Sras. e os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo. Falar sobre a gestão da justiça dizer que a justiça esta mal, julgo que é algo que todos temos plena consciência de que esta mal. Basta ouvir abertura do ano judicial, os discursos de todas as pessoas que participam, não há uma voz que se ergue para dizer que a justiça esta bem.

Desde o Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, até os membros do Governo, toda gente que se intervêm neste debate, reconhece que a justiça esta mal. E o pior é que o diagnóstico está feito, todos temos plena consciência de que a coisa vai mal. E a solução? A solução? O que fazer? Como agir? Passamos todo tempo a lamentar, está mal, está mal, está mal. Está-se a falar sobre a gestão de salário, algumas vozes dizem: olha o Estado finge que paga salário, os trabalhadores também fingem que trabalham, e estamos assim, num circulo vicioso de fingimento.

Porque de facto o que se paga nesse país não é salário. Nós compreendemos a situação, mas não é salário que garanta a dignidade do ser humano, as pessoas recebem mal, muito mal mesmo. E se as pessoas aqui neste país ainda estão a sobreviver, é porque cada um, ou tem uma gleba, ou tem alguma pessoa, ou partilha, porque só o salário não para comer nem durante uma semana ou duas semanas. Por isso. Sras. e Srs. Deputados, julgo que a gestão é de facto preocupante. E mais preocupante ainda, porque na nossa Constituição, o artigo 6.º diz que, «A República Democrática de São Tomé e Príncipe, é um estado de direito democrático baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana» e há o artigo 20.º que diz, «que todo cidadão tem direito de recorrer aos tribunais contra os actos que violam seus direitos, reconhecidos pela Constituição e pela lei, não podendo a justiça ser denegada, por insuficiência de meios económicos».

O que nós assistimos neste país, Sras. e Srs. Deputados, é que esse tal povo pequeno que nós representamos, de que muito se fala, não pode ter, não consegue ter acesso a justiça. É vandalizado, há roubo, é violentado, a violência doméstica tomou conta do País, os assaltos a mãos armadas tomaram conta do País, novas formas de crime, o povo pequeno vai ao tribunal não consegue fazer uma queixa, porque não tem dinheiro para pagar um advogado, porque não tem como portanto conseguir fazer a sua queixa, e vê o seu problema resolvido.

E nós estamos falar do problema de justiça. É necessário encontrar-se solução para isso. A lei diz que não se pode, não pode ser denegada justiça a ninguém por insuficiência de meios. A pessoa chega ao tribunal não tem dinheiro, não é atendido. E com isso o crime está aumentar, o ladrão até dá-se ao luxo de dizer que ele é ladrão, porque ele tem protecção, e estamos ai num círculo vicioso que se a gente não se acautelar, não sei onde é que vamos chegar. Estamos a falar do desenvolvimento do turismo, é necessário

garantir-se a segurança do cidadão, e garantir-se a segurança como é que é, dos que vêm, o crime esta a tomar conta desse país.

Quando se fez a lei de violência doméstica muitos disseram, «há, que não havia necessidade de haver uma lei sobre a violência doméstica». Hoje tem-se constatado que valeu a pena ter a lei, porque pelo menos as pessoas sentiram a coragem de denunciar o crime. Mas denunciar só não vale a pena.

A um centro de aconselhamento contra violência doméstica, que pergunto: qual é o verdadeiro papel deste centro? Há uma briga entre marido e mulher, vai-se ao centro para se fazer a reconciliação, fala-se com as pessoas, duas pessoas em briga ainda são colocadas num mesmo espaço, ainda vão para casa estão juntos. Como é que se resolve? Depois ouve-se essas coisas todas, de marido matou mulher, mulher matou marido, porque não há de facto um assumir de responsabilidade, não há uma forma de se encontrar para resolver esses problemas.

Por isso. Sra. Ministra da Justiça, julgo que o problema é muito grave, e que não vale a pena continuarmos só a falar, é necessário encontramos solução, e a solução tem que partir de todos nós, tem que haver colaboração de toda gente.

Aplausos do MLSTP/PSD

Porque se não, somos todos são-tomenses, e isto vai sobrar para todos nós. Espero que este debate seja de facto o início dum longo caminhar com vista a se encontrar solução para os gritantes problemas que tem a justiça. Muito obrigada

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Obrigada Sra. Deputada. A seguir convido Sr. Deputado Danilson Cotú a usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Meus caros, na verdade e porque se falam da questão de proposta, etc. e tal, quem esta a insistir com a proposta deve vir também fazer a sua, e não insistir que outro é que se faça. O outro só faz se entender que esta em condições, ou se entender pertinente fazer.

Mas Sr. Ministro, acho que no fundo qual é a contribuição que Assembleia Nacional pode dar? Sendo esta Casa uma Casa de leis, e por ter-nos como atribuição, fazer reformas, alterar leis, melhorar leis, actualizá-las a contexto actual, acho que sim, se houver necessidade, porquê que não? Governo pode falar connosco, e juntos encontramos uma solução para alterar leis, para tornar viável o funcionamento das coisas nesse país. Mas até então o Governo não fez?

Não seremos nós a imiscuir numa área que não é nossa. Então, caros Ministros, se o Governo precisar de nós, estaremos de mãos abertas para trabalharmos conjuntamente. Acho que apresentai solução.

Mas porquê quando se fala da reforma de justiça, não se prende apenas e tão-somente com os tribunais. Eu venho aqui com algumas outras preocupações que tem a ver com sector da justiça, e que no entender do PCD tem contribuído para estrangular e de que maneira um sector tão importante como é o sector da justiça.

Falar da reforma da justiça, passaria no nosso entender por reformas legais. Existem leis nesse país que é consenso e todos nós sabemos que carecem de actualizações para que elas sejam realmente úteis para aquilo que se pretende.

Falar da reforma passa de igual modo por ver a situação da nossa querida Polícia de Investigação Criminal. Ouvimos a pouco tempo Governo falar alguma coisa em transformar em polícia judiciária, sim vamos ver.

Falar da reforma passa pela formação. Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, o PCD entende que é inadmissível se pensar em uma reforma sem pensar na formação do homem que vai trabalhar neste processo. Tem que haver formação. E nós não podemos pensar a formação, caro senhores, olhando apenas por topo. A formação tem que ser de topo a base, todos os intervenientes, todos stayholder, devem ser beneficiados de formação. A nossa polícia quando admite por exemplo, isso é só um caso, quando abriu concurso para admitir novos agentes. O quê que se passa em relação ao polícia?

Esses agentes são submetidos a uma formação inicial. Vinte e sete ou vinte e oito de Agosto, corrige-me por favor que é o dia da polícia, vão lá e juram a bandeira e depois disso que formação mais esses policiais recebem? Nenhuma. Será que eles estão preparados para lidar com as novas tipologia de crime? Isso é falar de reforma.

Falar de reforma tem a ver com melhorar a relação entre o Governo e a ordem dos advogados. No Orçamento do Estado há uma verba destinada ao pagamento de despesas officiosas. São 450.000.000,00 creio eu, que este governo defensor dos mais humildes como assim se intitula, até hoje não pagou, não desbloqueou nenhum centavo, não é só a Sra. Ministra, o ministro que lhe antecedeu também não fez nenhum expediente neste sentido ou se fez encontrou estrangulamento do próprio governo.

Falar de reforma é criar essas condições para que aquele cidadão que não tem como pagar a justiça encontre na ordem dos advogados, instrumentos ou meios para que se lhe defenda.

Como é possível um governo que diz que defende o povo pequeno, não transfere o valor destinado as despesas oficiosas. Por um lado discurso, por outro lado acção, tem que a ver congruência, não pode ser.

E já agora poderão dizer governo que o senhor andou. Estive sim, o Governo que eu fui parte pagou, em três tranches, mais pagou. E esse não pagou nenhum centavo. Paguem, ajudem povo pequeno, povo pequeno precisa de voz.

Portanto, meus caros, falar da justiça, da reforma da justiça passa por todos esses aspectos. E eu usaria mais, passa por uma parceria com as universidades que formam recursos humanos, para que se comece a cautelar, desde a formação, de alguns aspectos que são cruciais para o próprio crescimento do País. E quando eu falo que crescimento, estou referindo mesmo ao sector da justiça. Isso é falar da justiça. E até então Sra. Ministra, nós no PCD não conseguimos não obstante o Governo propalar tanto e levantar a reforma da justiça como a sua bandeira, mas não conseguimos ver, e nem conhecer uma agenda deste governo no que toca acções da reforma de justiça, para que na qualidade de dignos representante do povo que beneficia desta justiça, nós os deputados possamos fazer o seguimento dessas acções. Ninguém conhece.

Então nós não temos como também vir contribuir, assim a belo prazer. Era importante que o Governo já que levantou a bandeira da reforma de justiça, tivesse a coragem de partilhar connosco, principalmente os deputados, e com toda nação nesse caso, o plano, o programa da reforma de justiça que o executivo tem, para que nós possamos fazer o acompanhamento, para que nós possamos acompanhar o dia-a-dia e não afunilar como se fez a pouco tempo a reforma da justiça. A inspecção judicial suspendeu-se alguns juizes, e que desde ontem foram readmitidos. Onde é que está a credibilidade dessa reforma, meus caros senhores?

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro Afonso Varela.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu gostaria apenas de fazer duas, três observações, e depois eu convidaria Sra. Ministra para dizer aquilo que se está a fazer. Bom, eu gostaria de dizer ao Deputado que me antecedeu, que não vale a pena, eu podia responder-lhe dizendo que estamos a utilizar a mesma agenda do PCD quando esteve no governo.

E essa se calhar conhece, toda gente conhece a agenda do desenvolvimento, o Governo apresentou um programa, e isso foge a parceria que se quer, porque senhor diz e contradiz. Senhor disse que era preciso uma parceria de toda gente, a Dra. Maria das Neves mostrou aqui que o problema da justiça nem se resume as instituições, Polícia, Defesa, PIC, (Polícia de Investigação Criminal). Problema da justiça é um problema muito mais amplo, que percorre toda a sociedade e tudo mais, e depois tem os aspectos práticos.

Sr. Deputado falou e disse Dbs 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dobras) eu não sei exactamente, mais eu dou-lhe o crédito de Dbs 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dobras). Primeiro porque o governo pagou a primeira tranche, primeira questão, mais a segunda questão é que o problema maior não é este, este resolve o problema dos advogados, o problema maior o Sr. Deputado sabe qual é? São as custas, os preparos.

O advogado estou a dizer não é o problema maior, porque o advogado quando vai fazer as oficiosas, recebe Dbs 100.000,00 (cem mil dobras) por oficiosas, ele até pode abdicar. Eu as fiz, nunca fui lá reclamar e nunca as recebi e como muitos advogados não recebem, eles estão a me ouvir, eles sabem. Mesmo quando há eles não recebem, não é esse o problema, o problema é quando alguém deve o senhor, quando são 500.000,00 (quinhentas mil dobras) não há problema, mais quando deve o senhor o seu carrito de 3.000 (três mil) que já dá 75.000.000,00 (setenta cinco milhões), 80 (oitenta), 100.000.000,00 (cem milhões), senhor quer reclamar isto, isso é que é problema.

E isto, o Governo acabou de aprovar uma lei que já deve estar a caminho, ou já chegou Assembleia não sei dizer, uma lei sobre as custas que deve estar a caminho, não porque o processo de reforma não é um processo que se faz um dia. O processo de reforma, é um processo contínuo que se faz todos os dias. Há lei de custa que já foi aprovada, há lei toda da Polícia Judiciária que é um pacote que já foi aprovado que já deve estar a caminho ou deve ter chegado, há um conjunto de iniciativas.

Mas também eu gostaria de chamar atenção ao Sr. Deputado, deve esquecer esse aspecto, quando diz que estamos a espera do Governo, é uma atitude muito passiva quando se quer fazer uma parceria. Porquê? Porque a iniciativa legislativa não é da exclusividade do Governo. Os Deputados, à Assembleia têm iniciativa legislativa, e podem ter projecto. Por isso, não vale a pena nesse debate que a gente pretende construtivo, querer dizer que o outro é culpado, o outro é menos culpado, não é nada disso.

Estamos aqui, é para encontrar, porque é complicado. Por exemplo na PIC: É verdade que as reformas que se fazem na PIC, não se pode dizer tudo, mais aqui eu vou dizer algumas coisas. Por exemplo, estamos a trabalhar até com Scotland yard da Grã-Bretanha que esteve aqui na semana que esteve aqui

Tony Blair, teve aqui uma missão, que nos trouxe até alguns equipamentos, algumas coisas que permite ir formando o nosso embrião dessa famosa polícia científica que nós não inventamos, nem o nosso governo, mas todos os governos vêm falando da necessidade dessa polícia científica, agora esteve um indivíduo que esteve a dar formação nessa área, que prometeu alguns materiais, porque quando chega a hora de comprar os equipamentos nós não temos, quando chega a hora de formação nós não temos, está apalavrado em enviar estudantes até Moçambique estamos com cerca de creio oito ou cinco estudantes em Moçambique, vão seguir para Gana alguns, os indivíduos da Scotland yard prometeu enviar alguns para Inglaterra, quer dizer estamos a fazer, e é um processo cumulativo, os outros fizeram um bocado, estamos a fazer o nosso os outros vêm fazer o seu.

Agora, quando se pretende uma coisa tão seria que toda gente sabe no lapso de quatro anos não se resolve, e começamos com este de discurso que de estamos a espera, vocês é que são os maus da fita, vocês é que não são o quê mais, quer dizer podemos fazer isso porque é um bocado política, mas eu gostaria que aqui de facto nessa coisa da justiça é muito grave. A Dra. Maria das Neves disse e é verdade, a liberdade das pessoas, o senhor falou os bens das pessoas, porque 15 pinhas de banana pão eu posso chegar aqui e dizer que não é nada, porque a mim roubaram um carro, a mim roubaram isso, mas a verdade é que as 15 pinhas de banana pão que se calhar para aquele senhor ou para aquele jovem, para ele é uma fortuna

Às vezes é uma fortuna, às vezes compromete um pagamento que ele tinha, a questão da violência doméstica por exemplo: Dra. Maria das Neves falou da violência doméstica, é verdade que há esse gabinete e o que ela disse sobre a ineficácia desse gabinete, eu com todo respeito pelas pessoas que estão a me ouvir, que lá trabalham afincadamente, etc., é verdade que não tem a eficácia que nós desejaríamos, que se pensava. O que se fez na PIC, (Polícia de Investigação Criminal) criou-se um gabinete especializado para lidar com isso.

Há uma brigada que tem a frente um indivíduo que até é um especialista que tem um mestrado nessa área de criminologia, criminalística e tudo mais, que esta a frente dessa brigada lá dentro e muita gente não sabe, mas fizemos isso porque reconhecemos que era ineficaz, porque como eles não têm essa função digamos, pronto então, eles tentavam bocado desmaiada conciliação. É bom, mais muita morosidade e conciliação. Então, pusemos a coisa sem fazer o duplo papel, quer dizer a investigação e tudo mais se faça por uma brigada digamos antecedência doméstica no seio da PIC.

Estamos a fazer alguns esforços, os senhores perguntar-me-ão. É suficiente? Eu direi sem reservas nenhuma não. Se os senhores me perguntarem, não deveriam ter feito mais? Eu digo aos senhores também que sim. Se calhar podíamos ter feito mais, porque nós não sabemos tudo, não temos monopólio de tudo. Mai o que não nos podem retirar é a nossa vontade é de que nós entendemos qual é o problema e a nossa vontade de querer melhorar. Porquê? Porque nós todos também, disse isso a Sra. Maria das Neves, nós todos padecemos disto, mas quem não padeceu ainda disto, não pense que ele está ao abrigo de um assalto, de uma violência, duma coisa qualquer.

Por isso, meus amigos, acho honestamente, não é que eu tenha medo que se acuse o Governo ou coisa assim. Mas para que o ambiente mantenha o que está, vamos tentando encontrar essas soluções, mais a Sra. Ministra falará de toda essa questão de reforma legal, institucional, de tudo isso que o Governo está a trabalhar e está a tentar fazer para que a situação melhore.

Ainda com permissão da Sra. Maria das Neves que falou dos turistas e tudo mais. Nós criamos, quer dizer ainda não está efectiva, mas tomamos uma decisão ao nível do Conselho de Ministro, para que haja uma brigada que estamos a chamar de polícia turística, porque há de facto problemas, mesmo dentro da cidade, mesmo saindo de Pestana, essa pequena escuridão que há aí, que são assaltados, quer dizer ainda não é coisa grave de agredir e tal, mas de primeiro assustar, fazer medo, puxar a carteira, puxar telemóvel, acontece. E criamos, a decisão já foi tomada, mas quando a decisão é tomada, é preciso treinar as pessoas, mesmo sendo polícia, é preciso dizer o que é que eles vão fazer exactamente e tudo mais. Mas uma polícia que está vocacionada para olhar para o turismo.

Portanto, eles vão estar na cidade, vão estar nos pontos turísticos, nas praias particularmente, onde essas coisas acontecem e estamos a fazer. Portanto, a nossa vontade é como outros diziam, ela é inquebrantável, relativamente a vontade de querer fazer coisas. E nisso ninguém pode tirar. Mas é verdade que tudo aquilo que fazemos é pouco e custa dinheiro. E toda gente que passou pelo governo, pelo menos aqui sabe que esse país tem pouco dinheiro. E é isso que eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.
Murmúrios.

Há várias inscrições. Calma.

Risos.

Uma voz: — Assim não.

O Sr. **Presidente**: — Bem eu gostaria de informar o seguinte. Portanto, neste momento tem uma lista de sete pessoas inscritas, que querem intervir. Portanto, eu queria sugerir o seguinte. Portanto, vou dar se calhar o Sr. Deputado Aurélio Martins para uma intervenção, depois sugiro suspender a sessão para meia hora e retomaremos o trabalho e continuaremos com as pessoas que já estão aqui na lista. Se estiverem de acordo então passaríamos a utilizar esse método.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Depois de Aurélio Martins, fala o Levy.

O Sr. **Presidente**: — Bem, neste sentido, convido o Sr. Deputado Aurélio Martins a usar da palavra. Só para informar, tenho inscrito os Sr. Deputados Maquengo, Danilo dos Santos, Levy Nazaré, Danilson Cotú e Jorge Amado. Portanto, todos esses estão inscritos. Portanto, em função de pedido, vou escrevendo.

Murmúrios.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, posso fazer o uso da palavra?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Assuntos Parlamentares, Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Quero aqui felicitar este debate, de facto estamos num debate muito importante para vida da Nação são-tomense, que é o caso da justiça. Mas há uma questão que me deixou em dúvida. Também foi cá referido pelo Sr. Ministro de Assuntos Parlamentares, é com relação a requisição civil. Portanto, gostaria saber de facto qual seria a estrutura técnica que mudaria os eventuais técnicos para essa requisição civil. Porque sabemos que de facto os técnicos que temos na justiça têm uma experiência e que a serem substituídos de facto tínhamos que conhecer essa estrutura técnica para serem de facto substituídos.

Outras questões também foram ultrapassadas, mas gostaria de voltar a fazer referência, é com relação aos juizes que foram considerados de medíocres. Vimos através de Jornal Telanon que houve um acórdão que esses juizes foram reconduzidos. Agora, pergunto: como é que fica a honra desses juizes? Sabemos que são pessoas que de facto ao longo desses anos trabalharam no sistema judicial do País e foram considerados publicamente de medíocres. E agora foram reconduzidos. Como é que fica o moral e a honra desses juizes que foram considerados de medíocres?

Falou-se também da violação da Lei SAFE, e gostaria também saber já tem havido várias violações. Houve um empréstimo não bem esclarecido dos 30 milhões de dólares e tais 10 milhões, dizem que entrou no Cofre do Estado, e que foi introduzido no Orçamento de 2016, mas desrespeitando a lei da finança pública e foram utilizados. Porquê que agora não se pode de facto encontrar um mecanismo para responder essa reivindicação dos tais funcionários dos tribunais. Portanto, são essas questões que gostaria também que a Sra. Ministra quando fizer uso da palavra pudesse dar-nos maior esclarecimento sobre as questões. Mas em todo caso quero felicitar as Sras. e Srs. Deputados, aos membros do Governo, por esse debate que está sendo muito importante para a vida do nosso país. Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado Aurélio Martins. Como já havia sugerido, se calhar vamos brevemente fazer um pequeno intervalo. Neste sentido declaro suspensa a sessão e retomaremos daqui a meia hora. Quer dizer que quando for 13 horas e 30 minutos, estarei eu na Sala a espera para iniciar a sessão.

Eram 13 horas.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 13 horas e 45 minutos.

Boa tarde Srs. Deputados, posto isto vou imediatamente chamar o Sr. Deputado Maquengo para a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Assuntos Parlamentares, Sra. Ministra da Justiça, Srs. e Sras. Deputada, boa tarde.

Já se esgrimiu cá vários argumentos sobre a justiça, mas a justiça no seu sentido lato, abarca muita coisa. O Sr. Ministro disse cá se envolve toda a sociedade. Há um general britânico que dizia: «a guerra é tão importante que não devemos deixá-la apenas para os militares». Eu paráfraso dessa máxima e diria que

a justiça é tão importante que não podemos nem devemos deixá-la apenas para os tribunais. Entendi de várias intervenções e respeito que há questão de órgão de soberania, os tribunais, o Governo, autogoverno dos tribunais, parece ter havido algum erro na aprovação de alguma norma interna que favoreceu ou despoletou conflito. Mas acho que o Governo tem uma quota-parte muito importante e terá que encontrar uma solução rápida para o assunto.

Mas não creio também, Sr. Ministro, que essa solução deva passar pela requisição cá anunciada. Porque como jurista que é e advogado que também é, no intervalo dessas funções é ministro, sabe que lidar com os processos judiciais obedecem determinados princípios, um deles é o segredo da justiça que portanto, a partida no meu ponto de vista vedaria essa possibilidade. Daí que temos que trabalhar como são-tomense que somos, no sentido de encontrar uma saída. Porque o autogoverno dos tribunais e o Governo da República têm que trabalhar ao serviço da Nação. E os funcionários judiciais são membros dessa nação. O que eles solicitam tem a ver com a melhoria das suas condições de vida. E temos informações, eu pelo menos tenho informações que há desmando no DAF dos tribunais. Não sei se a Sra. Ministra sabe.

Há funcionários de DAF dos tribunais que já auferem salários elevadíssimos. É bom saber e talvez será com base nisso que esses funcionários também estão a reivindicar a sua fatia de bolo. Sr. Ministro de Assuntos Parlamentares várias vezes cá disse que para além de aquilo que sai do Orçamento Geral do Estado, existe emolumentos, as taxas judiciais que são cobradas, mas que também são consumidas pelos tribunais.

Daí que comecei com aquela máxima, a justiça é tão importante que não podemos deixá-la apenas para os tribunais. Terá que haver transparência na gestão dos fundos que portanto permitem o funcionamento dos tribunais. Porque senão, estaríamos a aplicar uma política de dois pesos e duas medidas. Quer dizer que para uns nós fechamos os olhos, deixamos andar as coisas e para os outros, nós exigimos o comprimento estrito e rigoroso da lei. Senão vejamos, temos muitos casos, mas muitos e inúmeros casos que configuram injustiça fiscal. Dou só um exemplo. Neste momento para se fazer um reconhecimento de assinatura no cartário paga-se qualquer coisa como 20 mil dobras. Anteriormente pagava-se por volta de cinco, se não me fala a memória.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Mil e quinhentos.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Mil e quinhentos! Pois, houve um aumento exponencial dessa taxa. E quando vamos ver a produção e a produtividade daquilo que vive o povo lá no terreno, do cacau e não sei o quê, o cacau baixou de preço. Não sei se sabem? O cacau neste momento baixou de preço. Então, alguém que vive de cacau e que quer reconhecer um documento no cartório, ele está altamente lesado. Isso é uma grave injustiça. Mas essa justiça é uma justiça lato senso, ou seja no sentido amplo. Nós não falamos dela. Agora, ele é duplamente reprimido, o povo pequeno. Nessa justiça lato senso, mas também na justiça propriamente dita. Porque quando tenho um problema com a justiça, ele tem dificuldade de aceder a justiça.

Falou-se cá das custas, dos preparos. Alguém que atropela alguém e se quer recorrer a um advogado para reivindicar o seu direito, porque foi atropelado, ou se sua viatura foi danificada, tem que fazer face a custas elevadíssimas. Então, para mim a justiça é uma questão, volto a repetir que tem que se vista de topo a base e tem que envolver toda a sociedade.

Ao falarmos da justiça, há vários escalões que começam desde a investigação dos crimes. Polícias, polícia nacional, polícia de investigação criminal, Ministério Público e por último os tribunais. É toda essa cadeia que está hoje doente. Essa cadeia toda está doente, por isso a justiça está doente. A Polícia Nacional tem problemas sérios, não preciso cá enumerar porque vimos e assistimos. Vivemos com isso. Há nossos irmãos, há nossos primos.

A PIC, fala-se da transformação, vamos ver até aonde que chega. Eu dizia, a requisição civil, Sr. Ministro, a proposta ventilada na minha óptica não seria a melhor medida para resolver essa situação. Creio que existem outros mecanismos e o Sr. Deputado Danilson Cotú, cá por acaso esticou uma mão ao governo, eu vi, porquê que existem outras formas de se encontrar uma saída para isso, que não seja a requisição civil ventilada cá por Vossa Excelência.

Portanto, eu queria dizer também, que o que se passa no DAF dos tribunais, deveria ser devidamente analisada para se saber às vezes donde é que vem o problema. Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado pela sua intervenção. Agora, gostaria de chamar o Sr. Deputado Danilo Santos, para a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro e Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, saudações. Sra. Ministra da Justiça, começo por felicitar pela intervenção que teve cá

recentemente, quando disse que os outros fizeram a sua parte, estamos a fazer um bocado da nossa e os que vierem também farão a sua. Da impressão com que fico é que essa é a fase que está a fazer tudo. Por isso, reconhecer isso, deixa-me muito feliz. No que concerne ao debate da justiça, o estado da justiça, tomamos conhecimento e já foi cá dito que o supremo deu provimento ao recurso interposto pelo Sindicato dos Magistrado Judicial, anulando uma deliberação que aprovou ou que anuiu as avaliações de uma tal sindicância ou inspecção, uma coisa como isso.

No âmbito da administração de justiça, alegra-me bastante. Alegra porquê? Com os cinco juizes ora integrados, já o sistema estava deficitária. Foi aberto na altura um concurso para mais três juizes. Este processo foi suspenso. Com a suspensão dos cinco, então a administração da justiça ficou ainda mais morosa. E falamos muitas vezes no acesso a justiça e muitas vezes queremos enfatizar o povo pequeno, cidadão comum que tem poucos recursos. Se temos, na altura com os cinco tínhamos menos três, o processo estava mal, com menos oito, tanto a pior.

Daí que apelo ao governo que ajude a concluir rapidamente esse processo de recrutamento de três novos juizes. Para concluir, Sra. Ministra, temos assistido com muita frequência nos últimos anos o repatriamento de muitos concidadãos nossos de diversas paragens do mundo que são condenados, depois de cumprirem as penas vêm para São Tomé. Tem sido voz corrente na rua que o aumento do crime, o aparecimento das novas tipologias de crime tem muito a ver com o regresso desses concidadãos. A pergunto que faço a Sra. Ministra é, que seguimentos estamos a fazer, que programa temos para acompanhar ou para seguirmos esses concidadãos. Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a seguir convido o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, normalmente, não gosto de ter intervenções quando o assunto diz respeito a justiça, porque pertença a classe. Profissionalmente sou advogado, com exercício suspenso por via do exercício da função de deputado. Por isso, no dia em que deixar de ser deputado, ou exercer as minhas funções políticas, que não pretendo exercê-la *ad eterno*, voltarei a minha profissão que é a advocacia.

Mas também fiz um juramento no momento da tomada de posse como deputado, e nesse juramento jurei cumprir e fazer cumprir a constituição e as leis, defender o interesse do povo de São Tomé e Príncipe. Daí se a questão é um debate sobre a justiça, que diz respeito ao todo povo de São Tomé Príncipe, então não poderia não participar nela. No início, parecia-me que o debate estava a direccionar-se para a questão da greve. O que não era o objecto deste debate de hoje, poderia obviamente, colateralmente se falar da situação da greve, mas não cingir ao debate a questão da greve. Porque não é esta de facto a matéria e o objecto que nos traz aqui.

O objecto de debate é o estado da nossa justiça. E depois de algumas intervenções sinto-me um pouco ultrapassado, as intervenções dos membros do Governo e de alguns deputados que me antecederam. Gostaria também juntar a minha voz e não usar a expressão brasileira de parabenizar, mas dar os meus parabéns a todos os deputados que tiveram uma contribuição positiva, mas em especial a vice-presidente, minha homóloga, Dra. Maria das Neves, pela sua intervenção. Demonstrou perante a Assembleia aqui, e perante o povo que nos escuta de que há questões que não se deve politizar, politizar até pode, porque faz parte de política, mas não fazer politiquices e a justiça é uma delas.

E isso também tem a ver com a sua passagem nalgumas funções de responsabilidade do Estado, como ministra que foi e primeira-ministra que foi, logo conhece de facto o problema que não é de hoje. Mas infelizmente, há alguns que foram membros de governo, mas que não tiveram ou não têm essa mesma dimensão de perceber que a questão de justiça diz respeito a todos nós e como disse o Sr. Ministro muito bem, nós não estamos isentos de amanhã virmos a sofrer com os problemas que hoje e sempre existiu na justiça.

Daí que fico satisfeito que depois de algumas intervenções, entramos de facto ao debate que é o estado da justiça e houve aqui intervenções que traz-nos alguma luz, nós enquanto deputados aqui, como é que podemos contribuir também para resolução do problema. Também quando se fala da administração e a gestão da justiça, eu sempre disse, não é a primeira vez, que existe um princípio sacrossanto no estado de direito democrático de que os órgãos de soberania têm as suas independências, chamado princípio de separação de poderes e que não deve existir ingerência de um órgão para com outro órgão.

Mas esse princípio não deve ser levado ao extremo, no sentido de que há um problema com um órgão e outro não pode fazer nada e não faz nada. Não é isso que quero dizer. Logo os outros órgãos podem fazer na questão da política da justiça. Quando se fala da política da justiça a Assembleia tem a sua intervenção, e constitucionalmente, legalmente e regimentalmente tem forma de intervir. O Governo tem a sua intervenção como órgão de soberania, constitucionalmente, legalmente e através do seu funcionamento pode intervir, e o Presidente da República também tem as suas prerrogativas para intervir em questão da política da justiça, que não se deve confundir com a administração da justiça.

Porque a administração da justiça cabe exclusivamente, constitucionalmente e legalmente apenas aos tribunais. E isso todos nós aqui, no exercício das nossas funções, sabemos, não é preciso ser jurista para dizer isso, a Sra. Ministra já fez a menção a isso quando fez salvo erro a sua primeira intervenção aqui hoje, mas eu gostaria porque há muita gente que nos escuta e há alunos de direito, das universidades mesmo aqui em São Tomé, porque é sempre bom eles também perceberem aquilo que estamos aqui a discutir, diz a Lei 7/2007, lei de base de sistema judiciário, o artigo 3.º que fala sobre a independência dos tribunais e dos juízes.

Fala primeiro da independência dos juízes que é garantida pela existência de conselho superior das magistratura judiciais, como órgão privativo de gestão e disciplina da magistratura judicial, pela inamovibilidade dos respectivos juízes e pela sua não sujeição a quaisquer órgãos ou instruções, salvo o dever de acatamentos das decisões preferidas em via de recurso pelo tribunal superior.

Diz outro artigo que é o artigo 4.º da mesma lei, autonomia administrativa e financeira. Os tribunais e o Ministério Público são dotados de autonomia administrativa e financeira, dispondo de orçamento próprios, destinados a suportar as despesas com os respectivos quadros das magistraturas e funcionários que lhe são afectos, bem como as demais despesas correntes e de capital necessária ao exercício das suas competências. E demais artigo que não vale apenas aqui ler tudo.

Igualmente a Lei 13/2008, Estatuto do Ministério Público, que não diverge daquilo que acabei de ler e não vou aqui obviamente lê-lo, mas está na lei e não diverge, como eu já disse, essa autonomia existe. Daí que nas nossas intervenções, temos que ter cuidado e cautela no sentido de não imiscuir nos assuntos dos outros órgãos, quando eles têm um autogoverno da magistratura, quer judicial, quer do Ministério Público. Logo a questão da greve tem a ver com administração da justiça, como eu já li aqui, ficou claro, tem a ver com a gestão dos recursos humanos e financeiros dos tribunais e de Ministério Público, logo não vou fazer intervenção sobre essa matéria da greve, porque não quero intervir lá.

Farei a minha intervenção, quando chegar o momento enquanto deputado de agir. Neste momento é o momento legislativo. É aqui onde eu tenho a minha intervenção. Quanto a matéria da administração da justiça. Política da justiça posso aqui discutir e debater, não há problema. É política da justiça e somos órgãos políticos. Daí que concordando com o Sr. Deputado Danilson Cotú, de que quando o Governo introduzir alguma matéria, aqui vamos debater as propostas de alteração, mas divergindo com o Sr. Deputado Danilson Cotú, já foi dito aqui também pelo Sr. Ministro, de que a iniciativa legislativa não compete apenas ao governo.

Há dois órgãos que têm iniciativas legislativas que é o Governo e também a Assembleia Nacional através dos deputados. E mais grave ainda, quanto a questão da divergência, é que sobre esta matéria, é da competência exclusiva da Assembleia Nacional. Isso está na nossa Constituição da República. Não sobre toda a matéria da política da justiça. A matéria da política da justiça no seu todo, é uma matéria partilhada entre os dois órgãos de soberania, o Governo e a Assembleia, mas o artigo 98.º reserva da competência legislativa diz: «compete exclusivamente a Assembleia Nacional legislar sobre as seguintes matérias, dentre elas a organização judiciária e os estatutos dos magistrados».

E algumas questões que diz respeito a toda problemática hoje que temos na justiça, diz respeito exactamente ao estatuto de magistrados, quer judiciais, quer do Ministério Público, como a própria organização judicial. E nessa matéria aí na Assembleia, quando for momento do processo legislativo, poderemos dar a nossa contribuição. Bom, eu nem vou entrar na matéria dizendo que as DAF representam os órgãos de soberanias, porque seria uma das, nem sei como qualificar, dizer que as DAF é que representam os órgãos de soberania, acho que toda gente sabe que não é assim.

Os órgãos têm as suas representatividades bem definidas na lei e na Constituição, não são as DAF, se há problema nas DAF. Por aquilo que acabei de ler, DAF significa direcção administrativa e financeira, logo sobre aquilo que acabei de dizer não é da competência do Governo resolver o problema da DAF. É como a Assembleia também tem DAF, não é um outro órgão que vem resolver o problema da DAF da Assembleia, por isso, cada órgão tem as suas DAF, com os seus problemas e administrativamente os órgãos resolvem esses problemas.

Podemos intervir quando for momento das iniciativas, um debate normal da feitura das leis ou alteração de qualquer norma. Não tem que ser necessariamente a feitura como a lei que está inadequada tendo em conta a evolução da sociedade e do próprio sistema, logo faz-se as revisões das leis, para poder dar resposta exactamente aos fenómenos que vão surgindo naturalmente na sociedade e nos próprios órgãos.

Falou-se aqui das formações, São Tomé e Príncipe é um país que recebe muitas e muitas formações. E estou a vontade para falar disso, porque toda gente que assiste telejornal em São Tomé e Príncipe, sabe daquilo que estou a dizer. Acho que todos os telejornais aqui em São Tomé, têm uns minutos reservados as formações e capacitações. Começa pela Assembleia, pelos funcionários públicos, agricultores, pescadores, ONGs, todos os dias são-tomenses têm formação e capacitação. Não significa com isso que temos que parar. Não é isso que estou a dizer, temos que continuar a fazer mais formações. O que eu quero dizer com isso, é que às vezes dá uma sensação de que as pessoas não estão de facto a capitar essas formações, nem todas, mas todas essas formações não estão a servir tanto como deveria servir para de facto a sociedade melhorar e evoluir.

Estou a vontade para falar disso, porque essa própria Casa parlamentar recebe muitas formações. A pouco tempo recebemos formação da ética, todos os deputados. Os funcionários receberam formação, uma das formações é a questão da interpretação das normas, das leis e do próprio Regimento da Assembleia Nacional. Eu preside a abertura em substituição da Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia.

E pedi na altura, recorde, para os participantes aproveitarem-se bem delas, porque serão úteis para as suas vidas mesmo depois desta missão aqui, como carreira de funcionários parlamentares, e nós como deputados amanhã iremos exercer outras funções, que essas formações poderão ser úteis. Formações sim, formações não porque nos dão, mas porque necessitamos delas, formações planeadas para as necessidades de cada organismos e de cada órgãos, continuação sempre da formação, porque parar é morrer na matéria do saber, mas também é preciso aproveitar e apropriar dessas formações e dar resposta lá onde cada um intervém no seu dia-a-dia profissional ou funcional para atender melhor as necessidades que o País tem.

Por isso, a justiça, não vou repetir aquilo que alguns deputados disseram, ela é transversal, ela é de toda sociedade, todos nós devemos nos preocupar, todos nós devemos nos contribuir, o diagnóstico está feito, então temos é que partir para a solução. Pelo menos, paulatinamente indo resolvendo o problema da justiça. Porque enquanto não resolve o problema da justiça, não há justiça jurisdicional, não há justiça social. Enquanto não se resolver o problema da justiça, a política da justiça, com a própria administração da justiça não há paz social. Logo, não há investimento na agricultura, enquanto não se resolver o problema de roubo por exemplo e demais coisas. A agricultura como todos outros ramos de actividades, por isso o Grupo Parlamentar do ADI está disponível, enquanto partido político ADI e dirigente partidário, estamos disponíveis para nos abraçarmos a uma causa que diz respeito a todos nós que é melhorar a nossa justiça, dar a nossa contribuição para que haja garantia, porque a justiça é o pilar de qualquer sociedade e qualquer desenvolvimento. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Vice-Presidente Levy Nazaré pela sua intervenção. Agora, gostaria de convidar o Sr. Deputado Danilson Cotú, para uma intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: pedi a palavra para continuar de alguma forma, não quer fazer ouvir a minha voz, porque acho que também tenho outro espaço para a minha voz ser ouvida. Mas para contribuir de alguma forma, nem que seja para levantar alguma reflexão sobre a situação da nossa justiça, mas é verdade que sou forçado após algumas intervenções que me antecederam dizer que também em termo de competência, no artigo 111.º da nossa Constituição, alínea d) e f), dão ao governo a possibilidade de também legislar.

Mas a grande questão e quando eu disse que estamos abertas, não é uma questão de contradição, de cair em contradição, dizer uma coisa e esperar o Governo. É verdade que a gente espera, porque de alguma forma não vamos, pelo menos o Grupo Parlamentar do PCD propor a alterações a lei, no sentido de resolução de um problema tão cadente como é o caso da justiça, sobre a pena até de apresentarmos alguma proposta e ela ser chumbada pela maioria.

Já sabemos que a maioria chumba, porque veio da oposição. Então, é um bocado arriscado apresentarmos propostas.

Por outro lado, e eu gostaria de deixar aqui claro isso, não se trata de uma questão de fazer politiquice com a questão da justiça. É dizer as coisas que no nosso entender precisam ser ditas. E uma delas vou começar por dizer: haverão pessoas que vão ter opinião em contrário, mas eu arriscaria em dizer que nunca, mas nunca na história nesse nosso país, na democracia, estou mais a vontade para dizer isso, houve governo que comprou tanta viatura, como o actual.

Danilson Cotú pensa assim, e o meu PCD também pensa assim. Nunca houve. E prova disso é a quantidade de viatura que se comprou para os tribunais. E é verdade meus caros senhores, vamos pôr dedo na ferida. Quando filho está com fome, o pai não pode exhibir roupa nova. Não pode, vamos falar coisa usando linguagem mais terra-a-terra possível. Se eu se tenho filho com fome e se chegou em casa, comprando rádio novo, filho vai revoltar contra mim. Porque ele vai dizer, com esse dinheiro o pai deveria usar para resolver o problema de alimentação. A gente está com fome. Então, o tal aconteceu. Nós todos sabemos, meus senhores, censura-me quem quiser me censurar, mas sabemos que a coisa eclodiu com a compra das viaturas do topo de gama, as famosas matrículas X.

A coisa eclodiu aí, mas como eu não quero honestamente centra a minha intervenção na questão dos tribunais apenas, quanto a isso, novamente o PCD está disponível, a minha bancada está disponível. Vamos trabalhar juntos, e se for para alterar alguma coisa vamos alterar, desde que se encontra resposta para o problema da greve dos tribunais e do Ministério Público.

Mas é verdade que outros sectores também, pela primeira vez na história da nossa democracia, vimos a polícia a fazer greve. Quer dizer que há alguma coisa que não está indo bem. Então, estamos aqui para discutir a justiça! Vamos discuti-la em todos os sentidos. Por isso, é que eu foquei aqui a necessidade de formação. A formação é determinante para mudança de comportamento, para mudança de mentalidade de qualquer ser humano. Sr. Deputado, podemos fazer n formações, e vamos fazendo, porque sabemos que

todo mundo não tem a mesma capacidade de receptividade. Na turma é assim, o senhor já foi docente e o senhor sabe isso. Há coisa que o senhor ensina e um aluno aprende mais rápido que outro. Mas não podemos virar costas para esse que não aprendeu. Vamos continuar a insistir com eles.

Murmúrios do Sr. Deputado Levy Nazaré.

Calma, Sr. Deputado. Por isso, e para terminar a minha intervenção, gostava de dizer mais uma vez, que nós só não vamos tomar, o PCD, alguma iniciativa do nosso lado, sobre o nosso risco, para que essa iniciativa não seja chumbada como se fez com algumas outras que apresentamos aqui nesta Casa parlamentar. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, gostaria de convidar o Sr. Deputado Jorge Amado para a sua intervenção e depois a seguir gostaria de convidar o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, antes do Sr. Deputado Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, acho que esse assunto que diz respeito a greve, a paralisia, parece que já está ultrapassado. O debate que se teve aqui, acho que o Governo realmente vai tomar alguma medida para resolver esse assunto. De contrário, Sra. Ministra, eu arrisco-me a dizer que essa greve é uma greve forjada, na medida que a minha bancada, a bancada de PCD, a bancada de UDD, introduzimos no supremo tribunal duas queixas e essas queixas entraram e já deveriam ter alguma decisão, uma com relação ao Orçamento Geral do Estado e o Governo com essa greve está aproveitando o tempo para que o assunto não seja decidido e portanto está no período de graça e está usando fazendo o uso dum orçamento fraudulento.

Por outro lado, introduzimos uma queixa também com relação aos decretos-leis que o Governo produziu que tem estado a cobrar taxas, sobretaxas, impostos, que tem estado a causar problemas a população dessa nossa sociedade são-tomense, e que estamos aguardando a pronúncia do Tribunal Constitucional. A medida que apesar da Assembleia ter autorizado o Governo a legislar sobre a matéria fiscal, nós pedimos que esse decreto-lei, viesse a Casa Parlamentar para ser ratificado. E isso é constitucional. A Constituição diz que só se considera ratificado desde que nenhum deputado nas primeiras cinco reuniões plenárias, não solicite para que ela venha a Casa Parlamentar para ser ratificada. E nós solicitamos esses diplomas e não nos enviaram para ser ratificados. Significa dizer que esses diplomas estão fazendo efeitos, estão cobrando impostos que não devia cobrar, porque não foi ratificado pela Assembleia Nacional, e são impostos portanto ilegais. Está sendo cobrando ilegal, num país sério, o Governo deveria devolver a todos os contribuintes o dinheiro que cobrou até agora.

Por essa razão, mas como o Governo planeia trazer um orçamento rectificativo, está tendo período de graça com greve dos tribunais.

Porque o tribunal não decide, está em greve, não pronuncia e isso satisfaz o Governo. Mas não nos satisfaz. Queremos que o Governo resolva esse problema, porque há outros problemas para resolver depois disso.

Portanto, Sra. Ministra, achamos que esse problema de greve está resolvido. A Sra. Ministra, o Governo assim como encontrou condições para resolver outros problemas e de fazer uso de um orçamento falsificado, também irá encontrar a maneira de resolver este problema que temos por aí.

A resolução do problema da justiça, Sra. Ministra, depende da vontade política. Portanto, a vontade política é que dita a resolução do problema. Se houver vontade política os problemas resolvem. Sabemos que a justiça tem vários problemas, começamos por dizer a produtividade no sector da justiça. Mas para falarmos da produtividade temos que falar das condições do trabalho, do espaço, dos trabalhos para os magistrados. Do conforto, dos estímulos, de qualidade de decisão. É necessário termos em conta todos esses aspectos. Na necessidade de construção de um palácio de justiça. Hoje estamos a construir um palácio para o Tribunal de Contas. Este edifício fica muito mais barato do que aquilo que o Governo gastou para ir adquirir um edifício velho, para supremo tribunal.

O Custo do edifício, as reparações que têm feito lá dentro, os impostos que vão pagar ao banco, porque foi feito um empréstimo no banco para adquirir, até pagarem tudo isso, com aquele dinheiro, deveríamos construir dois edifícios igual ao de Tribunal de Conta. Quer dizer que o Tribunal de Justiça estaria realmente bem representado. Porque amanhã, outros governos virão e aquele edifício de Benfica já não vai servir. Porque a exigência do Tribunal Judicial é de um palácio da justiça. E ter-se-á que construir um palácio de justiça, depois de ter gasto todo esse dinheiro para comprar aquela velharia.

Vozes: — Oh!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra, falamos de violência urbana. A violência urbana existe, e há necessidade de se resolver o problema da violência urbana. Sabemos que o País está numa dinâmica de transformação, e essa dinâmica de transformação exige que a justiça acompanhe. E a justiça

não está em condições de acompanhar a dinâmica de transformação que se vem vivendo. Daí que há necessidade da justiça acompanhar essa dinâmica. Há necessidade de haver policiamento nas praças. Não aqueles que vão está aqui só para prender os motoqueiros e dar multas, mais aqueles que vão estar lá para defender a população, ser amigo do povo, resolver e criar o problema de tranquilidade na nossa praça pública. Porque o que acontece hoje é que se alguém está a ser agredido, mesmo se o polícia esteja a 10 metros de distância, quando ele verifica que há agressão, ele vira acosta e vai-se embora.

Risos.

É porquê? Provavelmente, por falta de estímulo? Porque não quer arriscar a sua vida para receber merrecas. Ele certamente se estivesse a ser devidamente remunerado, certamente que a polícia estaria pronta para poder agir e resolver o problema. Neste aspecto também, eu acho que há necessidade de adequarmos o País a novas tecnologias. Vídeo vigilância, nos lugares de grande aglomeração, de forma a se poder observar aquilo que passa e estar em condição de poder tomar medidas para podermos debelar as questões. E isso é uma questão que já não é problema de querermos imiscuir na vida do outro, mas é um problema que mundialmente já se prática para poder debelar os conflitos, principalmente nas horas do pico em determinados lugares.

Combate a criminalidade, Sra. Ministra, é uma questão que nos diz respeito também. Sabemos que para se combater a criminalidade temos que combater os problemas que estão na base disso. Um dos problemas é a falta do emprego. O desemprego que se faz sentir no nosso país. A falta de ocupação para a camada juvenil.

Os jovens precisam de estar ocupados, ao invés de estarem a pensar em coisas que não deveriam, estando ocupados isso já serve para poder mitigar a situação.

No que diz respeito a grandes criminalidades, acho que não temos muito que reclamar, porque muitos países estão interessados em apoiar São Tomé e Príncipe no combate contra pirataria e por aí fora. Portanto, a nossa água territorial está sendo portanto acompanhado, vigiado e temos portanto algum apoio dos países que estão interessados em ver uma tranquilidade aqui no Golfo da Guiné. Mesmo que diz respeito a pequena criminalidade, isso sim temos que encontrar solução.

Temos que arranjar também, Sra. Ministra, um mecanismo de prevenção dos conflitos. Sabes o que temos, existe muitos conflitos e temos que encontrar uma forma de resolver os grandes conflitos. Por essa razão, acho que independentemente de reforço das polícias e por aí fora, da ocupação dos jovens, há necessidade de se criar como existe em grande país do mundo a casa de direito. A casa de direito que é aquela casa que está ali perto da população mais necessitada que aporta portanto acessória jurídica, que resolve os pequenos conflitos antes dos mesmos serem necessários irem ao Tribunal.

Portanto, essa casa de direito existe em vários países. Não é um caso novo, podemos ver como é que é aplicado, porque o povo precisa da justiça, do sistema da justiça lá em Porta Alegre, lá na Colonia Açoriana, para não terem que está a sair de lá para poder procurar justiça. Não, há lá uma casa da justiça que ajuda a resolver o problema, que divulga as leis, que divulga os direitos, e é necessário que a Casa Parlamentar por exemplo coloca a disposição da população a Constituição do País, para que as pessoas possam conhecer os seus direitos e seus deveres.

Para estarem informados e é uma oportunidade para a Assembleia ganhar dinheiro, porque esses documentos quando se produz, vende-se. Tenho certeza se produzir milhares de Constituição, serão consumidos pelos estudantes, pelos funcionários e por muitos que necessitam obter uma Constituição da República. Portanto, Sra. Ministra, é essa a minha contribuição, não criticamos só por criticar, mas também trazemos solução. Portanto, se ela for boa, aproveita, e se não for boa, portanto, essa é a nossa contribuição e o Sr. Deputado se quiser traga a sua por favor, porque o senhor nunca falou aqui.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado o Sr. Deputado Jorge Amado. De seguida gostaria de dar a palavra ao Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira para uma intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, eu na minha primeira intervenção, tinha dito que tinha alguma dificuldade em entrar no debate, porque o chip estava ainda necessitando de algum *upgrate* e já estou actualizado e acho que de facto depois de algum tempo conseguimos então pôr o comboio nos carris e chegamos ao centro de debate. Porque inicialmente estávamos enfim, era o meu entendimento.

Dito isso, gostaria muito sinceramente embora sendo deputado da bancada que suporta o Governo, mas como cidadão também, reconheço o esforço, a ministra aqui na sua intervenção esclareceu os passos dados pelo governo concernente a situação da greve, que tem imperado o bom funcionamento da justiça, e penso que dalgumas intervenções dá-se a sensação se calhar que o País está a começar hoje. Que é o algo estranho. Se nós dissermos que está tudo bem, seria uma mentira. Não é isso, mas também não está tudo mal. Mas é necessário nós todos consentirmos mais esforços na base do diálogo para chegarmos a uma conclusão que possa ser satisfatória para todos os são-tomenses.

E é com alguma preocupação também que vejo uma acusação grave, se bem que temos cá o Governo que poderá se defender obviamente, mas eu como cidadão, que há uma mão invisível do Governo na greve. Ora, falamos da independência dos órgãos de soberania, ora falamos que o Governo tem mãos na justiça, amanhã o Governo tem mãos na Assembleia, Governo tem mãos nos Tribunais, Governo tem mãos, bom enfim. Penso que com devidos respeitos, Sras. e Srs. Deputados, penso que aqui, enquanto representante do povo, devemos ter alguma cautela e alguma elevação nas nossas intervenções.

Eu também reconheço as minhas limitações, reconheço, as tenho, contudo quando se trata de assunto de Estado e um debate desse, um debate que se prese com o estado da justiça, devemos então ir ao cerne da questão e não andarmos aí com discurso de campanha. Houve algumas melhorias, como eu disse não estou satisfeito na totalidade, nem posso vangloriar-me por isso, a PIC tem feito um bom trabalho, faz parte também do sistema da justiça. Obviamente, que ainda não responde a toda a necessidade e tudo quanto tem colocado como demanda a esta polícia.

Mas é de felicitar e encorajar desde já o aspecto da formação e também a visão de transformar em polícia judiciária, achamos um bom passo, e também com a instalação de novo laboratório que vai nos permitir na identificação tendo em conta as novas formas e novas tipologias de crime que o País tem conhecido nos últimos tempos. Bom, fazendo fé a intervenção da Sra. Ministra, dos esforços e engajamento que o Governo levou ao cabo, gostaria de fazer um apelo aos grevistas que reconsidera-se, tendo em conta que tendo apresentado oito pontos, e sendo satisfeito sete dos oito, acho que também como são-tomense, porque isso aqui é um Estado, é uma nação, nós todos temos a consciência do País que temos.

E muitas vezes, somos acusados de demagogos, falsos e vamos chamar o boi pelo seu nome. O problema que está a acontecer na justiça e não só, é um problema único no País. É o dinheiro, esse é o problema central. Na minha opinião, temos algumas leis que precisam ser adequadas de acordo com a nova realidade e a exigência também do futuro, mas o problema central é o dinheiro. Nós todos precisamos saber quanto é que o País produz, quanto é que gasta e sabemos obviamente, sabemos. É verdade que aquilo que ganhamos e custo de vida está a quem, falo de diferencial entre o custo de vida e a remuneração, no entanto, de acordo com a exigência que está sendo feita e abrindo essa precedência, vamos ter uma situação gravíssima.

Se esse facto nos leva a ter que ou melhor se me faço explicar, com essa exigência até porque na minha modesta opinião o sindicato, é verdade que alguns já disseram que o assunto está ultrapassado, mas não considero ultrapassado, mas enquanto não ficar devidamente esclarecido. Quando vamos para um processo de negociação, nunca podemos ir com posicionamentos extremistas. E é daí que peço ao bom senso para que possamos sair dessa. Ora bem, nós aqui falamos da justiça do povo pequeno, dos roubos, dos assaltos, é verdade que todos esses aspectos preocupam a sociedade e briga com a vida de todos enquanto ser social. Mas também é necessário chamar também atenção, de outro aspecto aqui da justiça.

O proponente do debate, na sua introdução, destacou que a situação da justiça reside na morosidade e incapacidade do sistema em responder a demanda. Este, eu considero o saval daquilo que pude reter como mais o essencial. Partindo desse pressuposto, é necessário nós também olharmos para outras situações que aconteceram no País, e se formos fazer um inquérito ao povo pequeno, a maioria dos são-tomenses, qual é a sua real opinião sobre o que se passa no sistema da justiça, vão ver que não passa sobretudo nesses pequenos casos.

Estamos a falar de uma questão de credibilidade da justiça, que na minha opinião tem que ver com os chamados grandes casos ruinosos. Esses grandes casos ruinosos, é como se fosse a bandeira que diz que descredibiliza também na minha opinião a questão do sistema da justiça. Se formos fazer um inquérito ao povo pequeno, esse é o amago do problema. Não estou a pôr de parte obviamente essas situações de roubo, do assalto e a questão do acesso ou limitações que as pessoas têm, sobretudo no que concerne a custas judiciais.

Daí que enquanto acto do governo, ver também esses grandes casos ruinosos. É do conhecimento público que um banco foi a falência, o Banco Equador. A ENCO teve lá depósitos, penso que a CST, Segurança Social, EMAE, para além de outras com depósitos acima de quatro, cinco milhões de dólares.

Se totalizarmos quanto dinheiro não evaporou, quem assegura isso?

É o País, será que a reserva do Banco Central está suficientemente garantida para assegurar isso? E depois vai acarretar a quem? Os pequenos depósitos, o povo pequeno.

Ai sim, é um problema de justiça, também devemos chamar a coisa pelo seu nome e o povo pequeno também espera da justiça a celeridade na resolução desses processos.

Murmúrios.

Portanto, a última nota, sem falar de outros casos, porque não gostaria aqui de desenterrar os mortos e penso que não faz sentido porque há vários casos, mas é apenas um exemplo dos chamados grandes casos aruinosos ao país.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Ruinosos.

Risos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado Sr. Deputado. Como disse, admito, tenho as minhas limitações, obrigado pela correcção.

A questão de recondução ou reintegração dos novos juizes ou magistrados e se repararmos bem no texto publicado, os comentários, as reacções, se estivermos atentos também, aqui, pelo menos duas intervenções havidas sobre esse caso, estão agora no discurso de e daí, como é que fica a questão da honra. Isso quer nos levar para onde? Vão pedir indemnização?

Eu como deputado estou preocupado, vão pedir indemnização a quem, quem vai pagar?

Nós deputados precisamos ter uma vós, o Estado é único, Portanto, foi bem o MLSTP/PSD ter introduzido o pedido de debate sobre a justiça, é um tema relevante e nós do ADI,...

Aplauso do MLSTP/PSD.

... Também estamos abertos, estamos disponíveis para o debate e queremos que, quer o sistema da justiça como outros sistemas, que haja solução para o bem da nação.

É verdade que aquilo que nos cabe como legisladores, estamos abertos, mas a questão de credibilidade da justiça passa obviamente pelo próprio sistema. É verdade que uns mais do que outros, mas aquilo que nos cabe enquanto deputados estamos cá para fazer e também associa a minha voz a dos outros que não é um sector para fazermos politiquices.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, vai ser uma intervenção curta de esclarecimento apenas. Foi dito aqui que a polícia entrou em greve, isso não corresponde a verdade.

Primeiro, para informar que as forças militares e paramilitares não fazem greves. Houve uma agitação na polícia que já foi esclarecido até na última intervenção de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro antes de viajar, deu uma entrevista e explicou o que aconteceu.

Mas, fica claro que não foi greve e as forças militares e paramilitares não fazem greve.

Gostaria também, e aí já sei que haverá reacção, direito de resposta, etc., etc., etc., mas não posso calar-me, quando o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD que pede o debate sobre o estado da justiça começou na abertura como Regimento assim o diz que o proponente é que inicia o debate direccionando o debate para a questão da greve dos funcionários judiciais e do Ministério Público.

E o líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, o Sr. Deputado Jorge Amado vir aqui dizer e não estou a inventar, é o que foi dito aqui que a greve é forjada.

Não é sério, não é responsável e infelizmente, digo infelizmente, é esta a oposição alternativa que se tem.

Uma Voz: — Hoooo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — É essa a alternância saudável num estado de direito democrático, um assunto tão sério como este e mais. Ao dizer que a greve é forjada está a desvalorizar um direito fundamental dos trabalhadores dos Tribunais e do Ministério Público que tem o direito de fazerem a greve.

Aplauso da ADI.

É um direito fundamental dos cidadãos, nesse caso concreto dos funcionários dos Tribunais e do Ministério Público que estão em greve e ainda estão em negociação com o Governo.

E o Governo já disse isso várias vezes e eu também digo aqui, já ouvi várias intervenções, não é uma questão de direito a greve é a questão que se pode discutir e debater, é da legitimidade da greve, nem é da legalidade da greve, se greve é legal ou não. É da legitimidade daquilo que se pede como reivindicação da greve.

Por isso, volto a dizer, e aqui o Sr. Deputado pode vir responder, tem direito a resposta sim. Mas não é sério, não é responsável, isso demonstra de facto a oposição que temos em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Queria também juntar a minha voz a este debate sobre o estado da justiça para dizer que tudo quanto já se falou conhecemos o diagnóstico, mas gostaria também de apresentar o diagnóstico para depois apresentar a minha proposta de solução a situação reinante nos nossos tribunais e no Ministério Público.

Falar da justiça é falar de distorções funcionais, abuso de poder, falta de autoridade de estado e sobretudo muita injustiça. Os diagnósticos já estão mais do que feitos.

Em 2009 realizou-se o encontro nacional da Justiça sobre lema «Corrigir Desvios para Recrear e Garantir a Justiça para Todos».

E naquele encontro saiu grandes linhas de actuações que serviram de solavanco ao estado de coisas então detectadas. Nesse encontro centrou-se sobre dois pilares fundamentais; reforma institucional e reformas legais.

Quero aqui partilhar com os Srs. Deputados algumas dessas constatações.

No ramo da reforma institucional o encontro serviu no sentido de implementar uma constituição de uma equipa para elaboração e implementação do plano nacional de reforma para o sector da justiça 2009 – 2017, já lá foram oito anos.

Criação de um serviço de inspecção e avaliação junto do Conselho Superior Judiciário. Criação de um centro de Formação Jurídica e Judiciária. Regulamentação da Lei 3/2003 sobre a prestação de serviço a favor da comunidade.

Reestruturação e reforço das chefias e de toda a cadeia hierárquica dos serviços auxiliares da justiça. Dotar as duas magistraturas e os serviços auxiliares da justiça de meios técnicos, materiais e financeiros indispensáveis ao seu regular funcionamento, especialmente operacionalizando a unidade de serviços especializados da PIC, informatizando as respectivas bases de dados.

Criação de um instituto de acesso ao direito da justiça. Adopção de um sistema alternativo de justiça ou vias extrajudiciais da resolução de conflitos, negociações, mediações, conciliações.

Atribuição a Ordem dos Advogados da competência legal para nomeação oficiosa de advogados e de advogados estagiários como patronos ou defensores dos requerentes de apoio judiciário.

Inclusão, inscrição anual no Orçamento de Estado de uma verba para o pagamento das despesas de patrocínio oficiosos e dos exames médicos legais.

Sobre esse assunto o Sr. Deputado Danilson Cotú já levantou, creio que o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros já tenha dado a sua apreciação.

Criação da Provedoria da Justiça do Instituto de Defesa do Consumidor e do Centro de Protecção de Dados Pessoais.

Sobre esses dois assuntos já mereceram o consentimento da Assembleia Nacional faltando só a Provedoria da Justiça que também entrou, mas não foi admitido.

Construção de raiz de um estabelecimento prisional em São Tomé e na Região Autónoma do Príncipe. Criação de uma nova estrutura judiciária, institucionalizando um tribunal de relação ou de apelação jurisdição, especializada como a laboral, administrativa e da família e menores e comercial, entre outras, instalando os tribunais distritais em Mé-Zóchi, Cantagalo e Caué.

E hoje se falamos da justiça certamente esses pilares da construção, Sra. Ministra, ainda faltam e por isso o acesso a justiça é difícil dado a essas dificuldades da sua materialização e implementação. No quadro das reformas legais ficou plasmado a revisão do estatuto das duas magistraturas de forma a permitir a reposição do Conselho Superior Judiciário como órgão de auto governo das magistraturas.

Criação de um novo Código Comercial. Temos um Código Comercial que está obsoleto.

Revisão dos códigos de Processo Civil bem como o de respectivo direito substantivo, alterando os valores da alçada dos tribunais. Parece que está em curso. Criação de normas regulamentares de funcionamento, gestão e da fiscalização de cofres de todos os tribunais.

Sobre esse assunto quero referir que a questão dos cofres dos tribunais o Sr. Ministro ressaltou aqui de que o Governo decretou a esse respeito e quero só avançar aos Srs. Deputados que mais uma vez atropelou-se também a Lei Base do Sistema Judiciário ao criar um Conselho de Administração para os cofres dos tribunais judiciais. quando já existe um conselho de administração do próprio tribunal.

Revisão das custas judiciais, elaboração do estatuto dos Serviços Prisionais e Reinserção.

Revisão da lei da família. Criação de uma lei de respectiva regulamentação com um modelo de regime geral de acesso ao direito aos tribunais e por aí.

Essas normas visavam pôr cobro as situações alarmantes do então diagnóstico feito neste ano.

Minhas senhoras e meus senhores, passados oito anos sobre a referida jornada e em que durante vários dias se elencou problemas afecto ao sector da justiça em São Tomé, hoje, ainda vivemos e pauta-se por soluções que hoje pergunta-se, se fizermos de novo o mesmo diagnóstico a que constatações chegaríamos.

Será que ambas as magistraturas já têm magistrados em quantidade e com formação adequada? Será que já foram criadas estruturas de acompanhamento, seguimento e fiscalização ou continua a ser um risco para o cidadão recorrer a justiça para a tutela efectiva dos seus direitos? Será que os sectores auxiliares a justiça, nomeadamente a PIC e Polícia Nacional já dispõem de meios humanos, financeiros para que possam operacionalizar os seus serviços em toda a sua extensão?

Será que as distorções funcionais e práticas desprestigiadas, nomeadamente detenções ilegais e arbitrária de cidadãos suspeitos, realização de buscas e apreensões nos domicílios sem os competentes mandados, custódia dos suspeitos detidos na instalação da Cadeia Central, substituição dos serviços de Inspeção da Actividades Económicas, da Guarda Costeira, das florestas, da Polícia de Trânsito,

espancamento e muitas vezes casos de morte protagonizados pelos seus agentes estão diagnosticados e já foram debelados?

Face a essas situações levantadas, pergunta-se, que soluções podemos encontrar?

O MLSTP/PSD ao pedir este debate é senão trazer a magistratura de influência para que em conjunto pudéssemos tocar na ferida e buscar soluções plausíveis. Face a isso, Sra. Ministra, Sr. Ministro, sobre a questão da greve dos tribunais se não encontrar solução plausível, ficamos a espera, o Governo prometeu até o final do mês de Abril, ainda estamos a tempo, apresentar um orçamento rectificativo, que no quadro do orçamento rectificativo encontre soluções para que possamos tirar os tribunais e o Ministério Público da situação de paralisação e que se entregue a justiça ao povo.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de convidar o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção, mas também gostaria de dizer o seguinte. Até agora já houve 24 intervenções, desde início desta sessão plenária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Infelizmente, gostaríamos de evitar situações que pudessem criar algum temperamento anormal na nossa Casa Parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só dois segundos.

Há muito ruído na Sala. Vamos continuar a fazer como vínhamos a fazer desde início.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Meus senhores silêncio.

Risos.

Durante todo o período que o Sr. Deputado Levy Nazaré foi fazendo sua intervenção, ele foi sempre insinuando coisas e fomos assistindo. Foi sempre deturpando as ideias das pessoas que cá vieram falar e fomos assistindo.

É evidente que o assistir calado não é sinónimo de não querer, enfim, entrar em conflito porque muitas vezes é preciso entrar em conflito para acabar com conflito. O Sr. Deputado em todas as suas intervenções não trouxe nada de novo para cá, simplesmente vem para poder falar daquilo que os outros falaram. O que demonstra que não tem opinião própria e quem não tem opinião própria limita-se a contradizer a opinião dos outros.

Disse aqui, Sra. Ministra e mantenho aquilo que disse. Se o Governo não está interessado na resolução deste problema quer dizer que ao governo interessa a prorrogação desta greve para fugir os casos que introduzimos na justiça contra o Governo.

Isto foi dito, Sr. Deputado Levy, o senhor tentou deturpar a minha intervenção e não me resta mais nada a dizer, acho que o senhor está castrado mentalmente.

O Sr. **Presidente**: — Para dizer que tínhamos previsto inicialmente fazer este debate por volta das 15 horas, mas gostaria de saber da parte das Sras. e Srs. Deputados, caso não iria convidar o Governo e após isso então convidaria o Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD para encerrar o debate, caso for.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, é uma coisa rápida e queria a atenção particular do Sr. Vice-Presidente Levy Nazaré em relação a esse assunto, porque na última sessão em que estivemos de férias e viemos cá para discutir um processo que tem a ver com empréstimo, viemos porque é nossa missão, foi marcada falta aos deputados que tiveram ausência prolongada e quando olho para o seu Grupo Parlamentar, vejo que muitos deputados da ADI estão ausentes de forma prolongada. Nesse caso peço a Mesa da Assembleia que seja coerente com os outros actos e regista essas ausências para que se marque falta e se proceda como se fez da outra vez.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, isso cabe a Mesa da Assembleia verificar depois, porque muitas vezes podem estar fora do País, por uma ou outra razão, não sei

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Ausência é preciso falar que está fora do País.

O Sr. **Presidente**: — Pode ser. Sei que há muitos deputados que pediram autorização para sair. Aquele que saiu, está bem, saíram realmente não deveriam sair, estamos na sessão plenária. Portanto, a Mesa fará o trabalho que for necessário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não é direito de resposta, mas é evocação do Estatuto de Deputado, com a vossa permissão para esclarecer esse assunto. De facto o Sr. Deputado Danilson Cotú tem razão quando na última reunião plenária que presidi na ausência de Sua Excelência o Sr. Presidente, houve um abandono definitivo da Sala de reunião pelos deputados do Grupo Parlamentar do PCD.

Na altura havia dito, estão no direito de abandonar, mas as ilações serão tiradas por este acto. E gostaria de ler aquilo que diz.

E é bom informar que esta norma foi alterada durante a crise dos dois anos que vivemos aqui na Casa Parlamentar para obrigar os deputados do ADI que haviam tomado uma posição política de não participar nos trabalhos parlamentares, então a maioria da tróica, na altura, de que o PCD fazia parte é que alterou criando uma alínea que passo a citar que não é a mesma coisa que o Sr. Deputado quer referir hoje.

«São ainda consideradas faltas injustificadas as dos deputados que, embora tenham estado presentes numa sessão de trabalho parlamentar se ausentem por tempo indeterminado sem o prévio consentimento do deputado que a preside».

Nesse caso de Sua Excelência o Sr. Presidente, se não houver consentimento e por tempo indeterminado então são faltas injustificadas e sou um homem justo, sempre fui. Por isso, peço a Mesa, caso haja deputado que esteve presente e ausentou sem o consentimento do Sr. Presidente e por tempo indeterminado, isto é, que nunca mais voltou enquanto a sessão está a decorrer que as faltas sejam marcadas mesmo que sejam do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado por mais um esclarecimento, a Mesa irá agir em conformidade com aquilo que acabou por dizer.

Mais intervenções sobre o sector da Justiça, caso não houver vou finalmente convidar o Governo a se pronunciar antes de convidar o Líder do MLSTP/PSD que é o proponente da iniciativa para poder encerrar o debate.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. **Ministra da Justiça e do Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, Sras. deputadas e Srs. deputados, tomo a palavra tomo a palavra trazer algumas explicações, esclarecimentos sobre alguns aspectos que foram aqui levantados.

Permita-me inicialmente também manifestar a estranheza pelo facto de se querer politizar esta greve tendo em conta que houve esforço do Governo para que ela fosse resolvida. E como já foi aqui bem explicado trata-se de uma revindicação de funcionários de um órgão de soberania e o Governo continua aberto para ouvir nos limites da lei e nos limites do que está previsto no OGE.

No que se refere a situação do Príncipe é preciso dizer que na qualidade da Ministra da Justiça estive na Região Autónoma do Príncipe, tive encontro com o Sr. Presidente do Governo Regional e abordamos a questão da justiça.

De outro lado no mês passado deslocou-se para a Região Autónoma do Príncipe uma delegação composta pela Directora da DAF do Ministério da Justiça e dois representantes da Polícia de Investigação Criminal e mais um representante do Ministério para fazerem o levantamento da situação real e depois apresentar propostas.

Uma Voz: — E saiu no telejornal.

Risos do ADI.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — TV-ADI.

A Sra. **Ministra da Justiça e do Direitos Humanos**: — É preciso dizer que desta visita a Região Autónoma do Príncipe constatou-se que existem algumas situações que careciam de uma intervenção imediata e neste momento encontra-se naquela Região funcionários da PIC que estão nesse momento a trabalhar, e de acordo com as informações que temos com sucesso, na descoberta de algumas situações irregulares ou ilícitas, criminais que tem sido registada na Região.

É preciso dizer que não é o facto de não ter passado na Televisão ou de não ter visitado todos os sectores que já conheço; conheço muito bem o estado de degradação da Procuradoria-Geral da República, dos Tribunais e o esforço do Governo é efectivamente trabalhar no sentido de alterar essa situação.

Para dizer que do relatório da missão que foi realizada já encetamos contactos no sentido de se iniciar o processo em colaboração com outras instituições privadas e públicas no sentido de se trazer melhorias no funcionamento do sistema judiciário na Região Autónoma do Príncipe.

Para dizer que o Governo está preocupado e no que se refere a situação da cadeia é preciso dizer que construir uma cadeia exige mais do que o simples facto de se construir um edifício.

É verdade que é responsabilidade do Governo assegurar os direitos fundamentais e estando o Estado são-tomense obrigado no respeito dos direitos humanos é a preocupação que efectivamente esse aspecto seja resolvido.

Já encetamos contacto com algumas organizações internacionais e a ONUDC deslocará a São Tomé e Príncipe para fazer uma avaliação das penitenciárias dos serviços prisionais em São Tomé e ver quais são as melhorias que podem ser introduzidas ou qual é a solução alternativa. Também solicitaremos que a mesma atenção seja extensiva a Região Autónoma do Príncipe para se poder dar resposta a esta situação que como todos sabemos sempre existiu, mas que é compromisso de se criar condições para que estruturas funcionais estejam criadas ao nível da Região Autónoma do Príncipe também.

Mais uma vez é preciso que decidamos e cheguemos a conclusão que é necessário um esforço comum. Politizar a justiça talvez estaríamos a mandar uma mensagem política para o povo, mas ao mesmo tempo estaríamos a criar mais fragilidade a nível do sistema. Penso eu que prestaríamos um maior serviço para a Nação se o nosso esforço fosse no sentido contrário, no sentido de agregar as forças, no sentido de tudo fazermos para que o sistema judiciário no qual todos nós por força da Constituição da República somos chamados a colaborar para a sua realização.

Dando agora resposta ao segundo aspecto que tem a ver com a situação do concurso dos magistrados judiciais, é mais uma vez uma situação de autonomia dos tribunais. O concurso efectivamente foi aberto e tomamos conhecimento através de uma deliberação que este também foi cancelado e provavelmente voltará a ser aberto o concurso.

Neste sentido é preciso também dizer que é preocupação do Governo que os tribunais tenham juizes em número suficiente, que os tribunais sejam organizados em sessões, que os magistrados sejam devidamente capacitados, porque só capacitados poderão efectivamente contribuir para a realização da justiça.

Falando da capacitação dos magistrados, consideramos que a formação deve ser contínua. Desde o ingresso do magistrado e durante toda a sua carreira, dos magistrados, dos funcionários judiciais e os magistrados do Ministério Público.

Em relação a esse capítulo iniciamos contacto com a Universidade Pública de São Tomé e Príncipe, estamos a finalizar a assinatura de um protocolo ao mesmo tempo com a Cooperação Portuguesa já se iniciou o processo para que seja enviado um representante do Centro de Estudos Judiciais de Portugal para ajudar o Ministério da Justiça a fazer o diagnóstico da situação actual, da necessidade de formação e como podemos conseguir implementar um centro ou uma escola de formação judiciária que possa dar efectivamente resposta e capacitar magistrados de maneira a melhorar a situação da justiça.

No que se refere a novas tipologias criminais e o seguimento ou não daqueles são-tomenses que após o cumprimento da pena são repatriados para São Tomé e Príncipe, é preciso dizer que ao nível da cooperação judiciária faz-se o acompanhamento, mas ao nível internos também existem mecanismos, mesmo que podem parecer não visíveis, mas ao nível dos serviços de investigação criminal e ao nível de outros serviços que concorrem na prevenção da criminalidade estão criadas células que fazem o seguimento e alguns programas de acompanhamento junto a Migração de Fronteira para se poder ter um controlo daqueles que efectivamente foram condenados e que após o cumprimento da pena são repatriados para São Tomé e Príncipe.

No que se refere a reforma da justiça. A reforma da justiça como dizemos e aqui foi dito que só são palavras ditas, mas não são palavras ditas, algumas actividades têm sido realizadas. É preciso dizer que a reforma como está concebida ela assenta sobre dois grandes pilares que é a modernização, a credibilização, melhoria e acessibilidade a justiça e a prevenção e combate a criminalidade.

No que se refere a modernização, credibilização e melhoria da acessibilidade a justiça, já adoptamos ao nível do Governo e o decreto já foi publicado no Diário da República é o Decreto 2/2017 e 3/2017 que criam comissões para o seguimento da reforma.

O objectivo principal dessas comissões, a 1.ª Comissão que é de seguimento da reforma é de poder contar com a participação de todos aqueles que efectivamente participam ou dos principais actores da justiça. Estamos a falar de um comité que é criado por representantes do Ministério da Justiça, dos Tribunais, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados.

A nível da reforma legal existe uma comissão que tem a competência de fazer o seguimento e a harmonização dos vários diplomas de maneira tal a se poder cronometrar e fazer o seguimento da revisão legal que se impõem.

No que se refere ao primeiro pilar da modernização e credibilização, para além destas duas figuras que foram criadas também como já tínhamos inicialmente dito reforçarmos e conseguimos criar um espaço de entendimento sobretudo no que se refere a implementação da política da justiça entre o tribunal e o Ministério Público.

Nesse âmbito, conseguimos já por deliberação do Conselho e no âmbito das medidas que consideramos essenciais a deliberação ao nível do Conselho, da criação de uma sessão especializada de família e menores. Essa é uma conquista porque irá permitir o descongestionamento dos tribunais e a solução mais direccionada especializada para uma matéria específica que é a matéria de menores e de família. E subsequentemente o Governo já trabalhou sobre a revisão da proposta da Lei da Família e do texto organização tutelar de menores, diploma esse que brevemente será aprovado e transferido para Assembleia Nacional sobretudo a Lei da Família que trata de uma Lei.

No que se refere a criação de condições para que a justiça chegue efectivamente aos cidadãos, procedemos a reforma legal. Esta reforma especificamente na alteração do Decreto que cria as custas

judiciárias, é um decreto-lei, foi alterado, está mais simplificado, está mais claro, o cidadão sabe previamente o que ele deve pagar e o pagamento das custas decorre quando há algum impulso processual. De outro lado as custas foram consideravelmente diminuídas e deixou-se de ter a ideia que o cálculo é só da competência exclusiva das secretárias judiciais permitindo assim aos cidadãos saber previamente qual é o custo que terá para ter o acesso a justiça.

É preciso dizer que esse decreto-lei também prevê muitas situações de isenção de maneira tal que o cidadão não seja proibido ou dificultado de ter acesso a justiça por falta de meios financeiros.

De outro lado ao nível ainda de facilitação e acesso e desenvolvimento institucional ligado directamente também a revisão legal, o governo aprovou o decreto que cria o Centro de Arbitragem.

Qual é o interesse desse Centro?

Uma vez a lei publicada e entrada em vigor, os conflitos podem ser resolvidos através de acordos extras judiciais o que também irá contribuir consideravelmente para a melhoria do sistema judiciário.

No que se refere ainda a modernização e credibilização, o Governo também iniciou o processo de informatização. A informatização ao nível dos tribunais é considerada como urgente.

Primeiro, porque resolverá o problema, mais uma vez, de morosidade que caracteriza actualmente os tribunais, mas também vai permitir uma ligação entre os magistrados, os tribunais, Ministério Público, a PIC e o advogado.

Outro aspecto dessa informatização é que o Governo terá informações seguras sobre o nível de criminalidade, o que constitui um instrumento para a definição da política nesta matéria.

Este processo já iniciou, como tiveram oportunidade de ver na televisão, órgão de comunicação, estiveram cá consultores, neste momento estão a elaborar estudos de diagnóstico e no final do mês de Maio o Governo já terá um estudo de diagnóstico da implementação, conhecerá o custo e como funcionará o nosso sistema informático ao nível dos tribunais. Ao mesmo tempo já foram encetados contactos junto ao parceiro PNUD para que a informatização da gestão dos dados da criminalidade fossem efectivados. Pensamos que brevemente também teremos esse aspecto resolvido.

Ao nível da infra-estrutura, consta também como um objectivo de reforma. A infra-estrutura, disse o Sr. Deputado, consta em todos os estudos de diagnóstico, podemos observar que efectivamente é necessário que haja uma intervenção ao nível da infra-estrutura.

Como o Governo iniciou um investimento ao nível das estradas, também brevemente poderemos falar de investimento na melhoria das instituições, sobretudo dos edifícios nos quais são realizados a justiça ou que concorrem para a realização da justiça.

Ainda no que se refere ao acesso a justiça, já iniciamos o processo para a implementação dos gabinetes de acessória, consultoria e atendimento ao cidadão, processo que esperamos que brevemente poderá ser implementado.

No fundo para dizer que todas as ideias, todos os contributos que aqui foram trazidos consta no plano estratégico do Ministério da Justiça e como toda a reforma ela tem o seu cronograma, carece de financiamento e a reforma será feita. Cada um faz a sua parte e todos juntos poderemos efectivamente contribuir para que a justiça seja efectivamente aquela justiça que queremos para São Tomé e Príncipe.

Aplauso da ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Interpelação a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Recebi uma informação agora, mesmo tardiamente, mas é o momento para expor a Mesa de que um dos deputados aqui, interveniente hoje, é advogado e está inscrito na Ordem como advogado. Não estou a dizer que assim seja, estou a dizer que recebi essa informação. Se caso se confirmar não poderia sentar aqui no lugar de deputado, porque é incompatível e essa incompatibilidade não é a tal incompatibilidade que se estendeu aos funcionários públicos é uma incompatibilidade mais antiga quando se criou a Ordem dos Advogados.

Daí que pediria a Mesa para que um expediente seja feito posteriormente, é óbvio, solicitando a Ordem dos Advogados a lista de todos os advogados inscritos na Ordem e com permissão de exercício de advocacia.

Da mesma forma como fazem os tribunais, aqueles que não estão na lista a ordem envia para os tribunais e eles não podem advogar, pelo menos na parte forense. Daí que igualmente de forma que a Mesa da Assembleia conheça todos os advogados e caso algum dos advogados venha para tomar posse para ser indeferido a presença aqui no lugar dos deputados.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Interpelação a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Já agora é chegado o momento de fazermos um balizamento a essa situação das incompatibilidades. Da mesma forma como referiu o Sr. Deputado Levy Nazaré, pediria também a Mesa que expedientes fossem feitos junto a todas as camaras distritais e órgãos de GIME que pudessem elencar todos os Srs. Deputados envolvidos nas camaras distritais e instituições de GIME.

O Sr. **Presidente**: — Está registado e em devida hora irei-me pronunciar sobre isso.

Acho que praticamente chegamos ao fim das nossas intervenções e agora vou convidar o Sr. Deputado para o encerramento.

Srs. Deputados, diz o nosso Regimento que: Cabe ao grupo parlamentar proponente encerrar o debate e sendo assim não havendo mais questões convido o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, estamos a terminar este debate que foi um importante debate em que houve a colaboração de todos da nosso Grupos Parlamentar. Antes de tudo quero aqui expressar o meu regozijo pela pronta resposta do Sr. Presidente ao nosso pedido para debatermos o estado da justiça.

Somos coerentes por isso da mesma forma que criticamos quando a Vossa Excelência faz ouvido de mercador as nossas justas e regimentais solicitações, hoje congratulamos pelo atempado agendamento desta sessão.

Por ocasião do presente debate apraz-nos referir em primeiro lugar que esta sessão ocorre num momento particular da vida dos são-tomenses onde a penúria e o agravamento da condição social das nossas populações vem ajuntar-se a um estado total de isenção do aparelho judicial que vem privando assim os são-tomenses de um dos preceitos mais importantes e constitucionalmente consagrados que é o direito a justiça.

E pela forma como terminou este debate, temos serias dúvidas se a solução está para breve. Neste sentido ficou patente a inépcia do Estado perante a situação vigente, sendo perceptível a olho nu o jogo de empurra, empurra, em que ninguém quer assumir as suas responsabilidades.

Se os dirigentes judiciais têm a sua quota responsabilidade na actual situação não é compreensível de todo a falta de engajamento do governo em resolver as questões de fórum administrativo e financeiros que só ele é cometido uma vez que é ele que controla e executa o orçamento.

Como ficou aqui aprovado não tem cabimento a justificação apresentada pela violação da Lei SAFE, Lei das Finanças Públicas, quando o Governo amiúde tem violado.

Entretanto, o estado impávido do Sr. Presidente da República com o seu espantoso silêncio desde o início da greve dos trabalhadores da justiça, e já lá vão mais de 45 dias, constrange a toda a Nação.

O País precisa de contribuição do mais alto magistrado da Nação para ajudar na resolução do impasse. Com efeito esta situação é o arrastar da anunciada reforma da justiça de que muitos falam, mas que tarda em acontecer.

Nós no MLSTP/PSD estamos prontos a dar a nossa contribuição lá onde for necessário contando desde já com o trabalho abnegado dos nossos deputados repartidos em várias comissões da Assembleia Nacional.

A reforma não pode e nem deve ser feita contra os tribunais e seus operadores, tem de recolher amplo consenso não se limitando por isso a simples entrega de viaturas para seus actores. É imperioso a criação de condições para instalação de cursos avançados e de reciclagem para todos os intervenientes do aparelho judicial de forma a melhorar, prepara-los, pois é fundamental e urgente que ultrapassem as dificuldades de ponto de vista técnico o que corroboraria na elevação dos seus conhecimentos para melhor sentirem na função de julgar e transitar os processos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, uma coisa é verdade. Não podemos ficar impávidos e serenos, fingindo que nada acontece, é hora de agir e para tal todos os intervenientes com responsabilidade política na estrutura do Estado são-tomense têm que assumir definitivamente as suas competências sobre pena do povo, para quem se dita justiça, vir a tomar ele mesmo medidas que se impõe. Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado. Portanto eis que chegamos ao fim do nosso debate, agradeço a participação, a presença e a colaboração das Sras. e Srs. Deputados, e assim declaro encerrado a sessão. Claro que eu acho que aqui foram avançadas algumas ideias, algumas propostas e certamente estão registadas, e em divida altura portanto nós iremos se for necessário de novo tocar sobre esse assunto, porque é importante a questão da justiça.

Posto isso, está encerrado a sessão.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela José da Costa **Pinheiro**
Arlindo Quaresma dos Santos

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias **Correia**